



Anais da Assembléia

N. 36

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 06 DE MAIO DE 1988

ANO XIV

Resoluções:

DATA: 20 de abril de 1988.

SÚMULA: Aprova o Convênio celebrado em 20.11.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, objetivando alocação de recursos financeiros para atendimento de despesas com obras de reforma e adaptação do Parque de Exposições Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. (Mensagem do Poder Executivo n. 27/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 20 de novembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, objetivando alocação de recursos financeiros para atendimento de despesas com obras de reforma e adaptação do Parque de Exposição Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO N. 20/88

DATA: 20 de abril de 1988.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado em 22.12.87, entre o Estado do Paraná e o Instituto de Aviação Civil, com intervenção da Secretaria de Estado dos Transportes, objetivando elaboração do Plano Aeroviário do Estado do Paraná. (Mensagem do Poder Executivo n. 29/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 22 de dezembro de 1987, entre o Estado do Paraná e o Instituto de Aviação Civil, com a intervenção da Secretaria de Estado dos Transportes, objetivando a elaboração do Plano Aeroviário do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO N. 21/88

DATA: 20 de abril de 1988.

SÚMULA: Aprova Convênio celebrado em 10 de novembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, objetivando a execução dos serviços de im-

plantação, pavimentação e das demais obras complementares para duplicação do trecho Curitiba - Garuva - Divisa PR/SC., com extensão estimada de 75 km - Rodovia 376/PR., integrante do Plano Nacional de Viação. (Mensagem do Poder Executivo n. 30/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 10 de novembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem - DER e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, objetivando a execução dos serviços de implantação, pavimentação e das demais obras complementares para duplicação do trecho Curitiba - Garuva - Divisa PR/SC., com extensão estimada de 75 km - Rodovia 376/PR., integrante do Plano Nacional de Viação.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO N° 022/88

DATA: 20 de abril de 1988.

SÚMULA: Aprova o Convênio celebrado em 20.10.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e o Município de Campo Mourão, com a intervenção da SUDESUL, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. (Mensagem do Poder Executivo n° 31/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 27 de outubro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e o Município de Campo Mourão, com a intervenção da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana no referido Município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO N° 023/88

DATA: 20 de abril de 1988.

SÚMULA: Aprova Convênio publicado no

DOE de 18.01.88, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado do Mato Grosso do Sul, através da sua Secretaria de Obras Públicas, com os objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo nº 33/88).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio publicado no DOE de 18 de janeiro de 1988, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado do Mato Grosso do Sul, através de sua Secretaria de Estado de Obras Públicas, objetivando a execução de obras para ligação das redes pavimentadas dos dois Estados, na Rodovia BR-487 que liga Cabureí (MS) a Porto Camargo (PR), transpondo o Rio Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO Nº 024/88

DATA: 20 de abril de 1988.

SÚMULA: Aprova os Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e os Municípios que especifica, objetivando construção ou reformas de prédios para unidades policiais dos referidos Municípios; e, ainda, cópias de termos aditivos, datados de 23.12.87, a Convênios, para iguais objetivos, celebrados com os Municípios de Cruzeiro do Oeste e Wenceslau Braz. (Mensagem do Poder Executivo nº 034/88).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e os Municípios de Guaíra, em 18.11.87, Londrina, em 06.11.87; Maringá, em 27.01.88 e Tibagi, em 23.12.87, objetivando construção e reformas de prédios para unidades policiais dos referidos Municípios, e, ainda cópias de termos aditivos, datados de 23.12.87, a Convênios, para iguais objetivos, celebrados com os Municípios de Cruzeiro do Oeste e Wenceslau Braz.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO Nº 025/88

DATA: 20 de abril de 1988.

SÚMULA: Aprova Termo de Acordo ce-

lebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e o Instituto Nacional de Artes Cênicas do Ministério da Cultura em 03.08.87, com os objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo nº 42/88).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Termo de Acordo celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura, em 03 de agosto de 1987, objetivando a transferência de recursos financeiros para aplicação no Edital do Programa de Incentivo à Produção de Teatro e Danças, de acordo com o Termo de Compromisso assinado com este instituto.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 20.04.88.

ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 26/88

DATA: 27 de abril de 1988.

SÚMULA: Aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e os respectivos Municípios de Palmas e de Umuarama, em 15.02.87, objetivando fomentar a agropecuária dos referidos Municípios. (Mensagem do Poder Executivo nº 015/88).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e os respectivos Municípios de Palmas e de Umuarama, em 15.12.87, objetivando fomentar a agropecuária dos referidos Municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO Nº 27/88

DATA: 27 de abril de 1988.

SÚMULA: Aprova os Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura referente ao 9º Termo Aditivo (16.11.87) fiscalização do comércio de materiais de multiplicação vegetal; 8º Termo Aditivo (10.11.87), defesa e vigilância fitossanitária. (Mensagem do Poder Executivo nº 16/88).

A Assembleia Legislativa do Estado do

gor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO N° 32/88

DATA: 27 de abril de 1988

SÚMULA: Aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e as Entidades de Ensino Superior adiante mencionadas, nas datas e com os objetivos que especificam, conforme específica.

(Mensagem do Poder Executivo n° 23/88).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo nos termos do Artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução.

Art. 1° - Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e as entidades de Ensino Superior adiante mencionadas, nas datas e com os objetivos que especificam:

ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR:

ENTIDADE:

Fundação da Universidade Federal do Paraná.

DATA DO CONVÊNIO - 07.08.87 -

OBJETIVOS: Execução da programação contida no Programa de Levantamento de Demanda Tecnológica e outras necessidades junto às Pequenas e Microempresas e Produtores Informais do Estado.

ENTIDADE: Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas.

DATA DO CONVÊNIO: 19.10.87

OBJETIVOS: Promoção de uma ação concentrada nos Municípios de Palmas, General Carneiro e Bituruna.

ENTIDADE: Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí.

DATA: 21.10.87

OBJETIVOS: Promoção de uma ação concentrada no Município de Paranavaí e outros.

ENTIDADE: Fundação de Ensino Superior de Pato Branco.

DATA: 28.08.87

OBJETIVO: Promoção de uma ação concentrada no Município de Pato Branco e região.

ENTIDADE: Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória.

DATA: 07.12.87

OBJETIVO: Promoção de uma ação concentrada no Município de União da Vitória e outros.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO N° 33/88

DATA: 27 de abril de 1988.

SÚMULA: Aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, conforme específica.

(Mensagem do Poder Executivo n° 024/88).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, referente a:

CONVÊNIOS: MIC/SCO/SIC- PR/ N° 07/87

DATA: 03.09.87

OBJETIVO: Fiscalização de Feiras e Exposições previstas para o 2° semestre de 1987, no Estado do Paraná

CONVÊNIO: MIC/CDC/SIC - PR/N° 04/87

DATA: 11.03.87

OBJETIVO: Cooperação Técnica e Financeira à Secretaria no desenvolvimento do Projeto "Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba".

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO N. 34/88

Data: 27 de abril de 1988.

Súmula: Aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com os Municípios, datas e objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo n. 25/88).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e os Municípios, abaixo relacionados.

Município

Alto Piquiri

Data

13.11.87

Objetivo

Desenvolvimento de programa de preparação profissional na área de bordados industriais;

Município

Andaraí

gor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO N° 32/88

DATA: 27 de abril de 1988

SÚMULA: Aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e as Entidades de Ensino Superior adiante mencionadas, nas datas e com os objetivos que especificam, conforme específica.

(Mensagem do Poder Executivo n° 23/88).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo nos termos do Artigo 29, da Constituição Estadual, a seguinte Resolução.

Art. 1° - Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e as entidades de Ensino Superior adiante mencionadas, nas datas e com os objetivos que especificam:

ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR:

ENTIDADE:

Fundação da Universidade Federal do Paraná.

DATA DO CONVÊNIO - 07.08.87 -

OBJETIVOS: Execução da programação contida no Programa de Levantamento de Demanda Tecnológica e outras necessidades junto às Pequenas e Microempresas e Produtores Informais do Estado.

ENTIDADE: Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas.

DATA DO CONVÊNIO: 19.10.87

OBJETIVOS: Promoção de uma ação concentrada nos Municípios de Palmas, General Carneiro e Bituruna.

ENTIDADE: Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí.

DATA: 21.10.87

OBJETIVOS: Promoção de uma ação concentrada no Município de Paranavaí e outros.

ENTIDADE: Fundação de Ensino Superior de Pato Branco.

DATA: 28.08.87

OBJETIVO: Promoção de uma ação concentrada no Município de Pato Branco e região.

ENTIDADE: Fundação Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória.

DATA: 07.12.87

OBJETIVO: Promoção de uma ação concentrada no Município de União da Vitória e outros.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO N° 33/88

DATA: 27 de abril de 1988.

SÚMULA: Aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, conforme específica.

(Mensagem do Poder Executivo n° 024/88).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e o Ministério da Indústria e do Comércio, referente a:

CONVÊNIOS: MIC/SCO/SIC- PR/ N° 07/87

DATA: 03.09.87

OBJETIVO: Fiscalização de Feiras e Exposições previstas para o 2° semestre de 1987, no Estado do Paraná

CONVÊNIO: MIC/CDC/SIC - PR/N° 04/87

DATA: 11.03.87

OBJETIVO: Cooperação Técnica e Financeira à Secretaria no desenvolvimento do Projeto "Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba".

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO N. 34/88

Data: 27 de abril de 1988.

Súmula: Aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com os Municípios, datas e objetivos que especifica. (Mensagem do Poder Executivo n. 25/88).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, e os Municípios, abaixo relacionados.

Município

Alto Piquiri

Data

13.11.87

Objetivo

Desenvolvimento de programa de preparação profissional na área de bordados industriais;

Município

Andaraí

Data
17.07.87
Objetivo
Implementação de uma ação concentrada no Município, mediante a realização do I Seminário de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Andaraí e Região;

Município
Arapongas
Data
13.11.87
Objetivo
Implementação de uma ação concentrada no Município, mediante a realização de Seminário de Desenvolvimento Industrial;

Município
Campina da Lagoa
Data
13.11.87
Objetivo
Promoção e Divulgação da II EXPOCAL - Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Campina da Lagoa;

Município
Cascavel
Data
13.11.87
Objetivo
Promoção e Divulgação dos Produtos Industriais e Comerciais do Município, através da VIII EXPOVEL - Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Cascavel;

Município
Céu Azul
Data
13.11.87
Objetivo
Promoção e Divulgação da III EXPOCA - Exposição Agropecuária Industrial e Comercial de Céu Azul;

Município
Corbélia
Data
30.09.87
Objetivo
Implementação de uma ação concentrada no Município, mediante a realização de Desenvolvimento Industrial;

Município
Grandes Rios
Data
25.09.87
Objetivo
Implementação de uma ação concentrada no Município, mediante a realização de Seminário de Desenvolvimento Industrial;

Município
Guarapuava

Data
13.11.87
Objetivo
Promoção e Divulgação da XIII Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Guarapuava;

Município
Laranjeiras do Sul
Data
01.07.87
Implementação de uma ação concentrada no Município, mediante a realização de Seminário de Desenvolvimento Industrial;

Município
Maria Helena
Data
23.09.87
Objetivo
Implementação de uma ação concentrada no Município, mediante a realização de seminário de Desenvolvimento Industrial;

Município
Paçandu
Data
16.10.87
Objetivo
Implementação de uma ação concentrada no Município, mediante a realização do Seminário de Desenvolvimento Industrial;

Município
São João do Caiuá
Data
27.10.87
Objetivo
Promoção e Divulgação da I Feira Agropecuária e Industrial de São João do Caiuá;

Município
São José das Palmeiras
Data
30.09.87
Objetivo
Implementação de uma ação concentrada no Município, mediante a realização de Seminário de Desenvolvimento Industrial.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO N. 35/88

Data: 27 de abril de 1988.

Súmula: Aprovou o Convênio celebrado em 15.11.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, e o Município de Guaraci, objetivando a realização da V EXPOGUAR - Exposição de Produtos Agropecuários. (Mensagem do Poder Executivo n. 026/88).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos

do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovado o Convênio celebrado em 15.11.87, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, e o Município de Guaraci, objetivando a realização da V EXPO-GUAR - Exposição de Produtos Agropecuários.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO N. 36/88

Data: 11 de maio de 1988.

Símula: Autoriza a realização de Plebiscito no Distrito de Ouro Verde do Oeste, visando sua elevação à categoria de Município. (Comissão de Constituição e Justiça).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante delimitada, objetivando a criação do Município de Ouro Verde do Oeste:

"Começa na foz do Rio Santa Quitéria no Rio São Francisco, sobe por este até a foz do Lageado Pindorama ou Arroio Ivo, pelo qual sobe até a sua nascente, deste ponto por uma linha seca no sentido Sudeste até o entroncamento da PR-585 com a estrada Municipal a qual liga a PR-585 com o Distrito de Ouro Verde, deste ponto segue pela referida PR-585 no sentido de Vera Cruz do Oeste até o cruzamento com o Rio Santa Quitéria pelo qual desce até sua foz no Rio São Francisco; ponto de partida".

O memorial descritivo do Perímetro Urbano é o seguinte:

"Parte do cruzamento da rua Alasca com a Avenida Estados Unidos segue por esta, limitando com as chácaras de ns. 4, 5, 6 e 7, seguindo daí pela divisa entre as chácaras 7 e 8 até a cabeceira do Córrego Mandaguari pelo qual desce até encontrar em sua margem direita a divisa entre as chácaras 9 e 10 pela qual segue a estrada vicinal, segue por esta direção à vila até encontrar a divisa entre as chácaras 19 e 20 pela qual segue até encontrar o Córrego Comprido subindo por este até encontrar em sua margem direita a divisa entre as chácaras 21 e 22 pela qual segue até encontrar a estrada de rodagem de Toledo, segue por esta em direção à vila confrontando com a chacara n. 23, até encontrar a Rua Presidente Vargas pela qual segue em direção geral Sul, até encontrar a Rua Mauá, segue pela mesma, confrontando com as chácaras de ns. 24 e 28, seguindo daí pela divisa Oeste desta última n. 28 até encon-

trar o Córrego Alvorada e a divisa Norte da chacara n. 30, segue por esta em direção Oeste até encontrar a Rua Trinidad, daí seguindo pelas Ruas Trinidad, Salvador, Porto Rico e Alasca até a Avenida Estados Unidos, ponto de partida desta descrição".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

RESOLUÇÃO N. 037/88

Data: 11 de maio de 1988.

Símula: Aprova Convênios com termos Aditivos datados de 09.02.88, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e os Municípios que especifica, objetivando a elaboração de projetos finais de engenharia para implantação da infra-estrutura e equipamentos comunitários nesses Municípios, e para os mesmos fins, cópia autêntica do Convênio n. 06/87, celebrado em 03.09.87, entre o Estado (SEDU) e o Município de Paranaíba, com idênticos objetivos. (Mensagem do Poder Executivo n. 45/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os Convênios ns. 01/87 a 06/87, todos de 03 de setembro de 1987, e seus primeiros termos aditivos datados de 09 de fevereiro de 1988, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, e os Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaíba, respectivamente, objetivando a elaboração de projetos finais de engenharia para implantação e melhoria da infra-estrutura e equipamentos comunitários nesses Municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 11.05.88.

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

2ª Sessão Legislativa da 11ª Legislatura
ATA DA 8ª Sessão Extraordinária
REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 1988
SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Aníbal Khury e João Arruda.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Aníbal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre

Cerato, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Esequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oquido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Fariatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Belinati, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) ... na manhã de hoje, porque incitado o movimento de ontem acabou trazendo os transtornos que estamos constatando, e lamentar profundamente porque o projeto Educar, através da professora Leda Maria Chaves, trouxe hoje para o Paraná 12 milhões de cruzados para a aplicação em menores carentes, para aqueles impossibilitados de ir a uma escola...

O Sr. Edmar Luiz Costa - (Pela Ordem), Sr. Presidente.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) ... e a professora cabou de se retirar com a comitiva do Projeto Educar e nós lamentamos profundamente que isto tenha ocorrido, Sr. Presidente.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Sr. Presidente, eu retiro a minha questão de ordem. Eu declino da minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência agradece V. Exa. e está em discussão a Ata que acaba de ser lida. - Aprovada.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 824

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o Encerramento da Discussão do Projeto de Lei nº 74/88, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a competência do Executivo para, através de órgãos que especifica, o controle administrativo-financeiro das Instituições de Ensino Superior - IES, mantidas pelo Estado do Paraná, com fundamento no disposto pelo inciso II, § 1º, do Art. 156, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 06.05.88

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Líder do PMDB

REQUERIMENTO Nº 823

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, com base no artigo 3º da Resolução nº 327/77, a prorrogação da presente Sessão Extraordinária por mais duas horas e trinta minutos.

Sala das Sessões, em 06.05.88

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO Nº 822

Senhor Presidente.

Por se tratar de matéria eminentemente constitucional tratada de forma indevida, através de lei ordinária e, em face da proximidade da elaboração da Constituição Estadual, este Parlamentar, no uso de suas prerrogativas constitucionais, REQUER, após a manifestação do Plenário, a suspensão da discussão e votação do Projeto de Lei nº 74/88 e suas emendas indefinidamente, para ser tratada com profundidade na elaboração da futura Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 06.05.88

(a) PEDRO TONELLI

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem, Senhor Presidente).

Senhor Presidente: O episódio ontem nesta Casa, determinou um fato inédito. A sessão de ontem não foi encerrada, e não foi anunciada ontem a Ordem do Dia, para hoje.

Eu fundamento a minha questão de ordem, no artigo 143, e solicito o encerramento imediato da sessão, porque não houve encerramento ontem, e não se anunciou a

Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Gostaria que o Deputado Edmar Luiz Costa repetisse sua questão de ordem, porque nós estávamos recepcionando D. Leda Maria.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Pois não, Senhor Presidente.

Nobre Presidente, o episódio de ontem determinou um fato inusitado nesta Casa. Na realidade, a sessão não foi encerrada e não foi anunciada a Ordem do Dia para a sessão de hoje. E o artigo 144 do nosso Regimento Interno é bastante claro: "Nenhum projeto de lei ou de resolução será aprovado senão depois de ter passado por três discussões aliás, o artigo 144: "Nenhum projeto de lei ou de resolução poderá ser discutido, sem que tenha sido dado para a Ordem do Dia, pelo menos 24 horas antes".

Não foi lida ontem a Ordem do Dia de hoje. E não se passaram as 24 horas. Eu solicito e mesmo porque, manifestamente não há quorum para a abertura da sessão. Eu solicito e requeiro o encerramento imediato da sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Esta Presidência responde a Vossa Excelência, a questão de ordem levantada negativamente ao seu argumento, em virtude desta Presidência ter, após os tumultos, encerrado a sessão, as provas permanecem aqui, e inclusive esta Presidência determinou que não se mexesse.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - E Vossa Excelência teve um comportamento super elogiado. Mais do que nunca, foi um Presidente democrático nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Democraticamente esta Presidência esperou todas as manifestações, até o início do tumulto. Às 20 horas, esta Presidência, talvez, Vossa Excelência, não tenho certeza se estava presente ou não, mas os companheiros que estavam ao lado, das Secretarias, Amélia Hruschka e Vera Agibert podem confirmar como os Deputados que estavam mais próximos, Deputados da Oposição, que foi encerrada a sessão, marcando outra para o dia de hoje, às 10:00 horas com a seguinte Ordem do Dia: Votação do Projeto 74/88. Levanta-se a sessão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente: (Pela Ordem).

Eu insisto ainda no meu argumento; eu estava praticamente ao lado de Vossa Excelência. Não houve um encerramento da sessão. Eu acho que esta Casa se conduzirá

muito bem, suspendendo a sessão de hoje, e convocando a sessão normal, para a próxima segunda-feira.

Fica o meu protesto, se Vossa Excelência mantiver a sua decisão. E de público quero, mais uma vez, elogiar a atitude e a conduta de Vossa Excelência durante o dia e a noite de ontem. Somente fez crescer o Poder Legislativo, ontem, a atitude de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Eu respondo, mais uma vez, ao Deputado Edmar Luiz Costa, dizendo que as notas taquigráficas estão aí para que qualquer Deputado possa tê-las em suas mãos e esta Presidência fará realizar a sessão em virtude de ter convocado os Senhores Deputados. Nós vemos aqui representantes de todos os Partidos: do PDT, do PT, do PFL, do PL e do PMDB. E se vê que há maioria dos Deputados. Haverá quorum, está dentro do Regimento Interno, com a presença de mais de 19 Senhores Deputados, podendo então, a sessão ser realizada.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Presidente Antônio Annibelli, em nome da Bancada do PDT nós queremos, também, externar os nossos cumprimentos a Vossa Excelência pela conduta democrática que teve Vossa Excelência, ontem; a paciência durante uma hora e meia aproximadamente, de manter-se na sua posição, na sua cadeira de Presidente e acompanhando as manifestações daqueles que aqui se encontravam. Manifestações justas, não podemos negar o direito ao povo de vir à Casa e também fazer as suas manifestações.

Mas, queremos também, ao mesmo tempo que elogiamos a sua conduta no dia e na noite de ontem, queremos também apelar ao bom senso de Vossa Excelência na argumentação já levantada pelo Deputado Edmar Luiz Costa, que nós ouvimos também, ontem, nesta Casa, que a sessão foi suspensa. A sessão não terminou, inclusive a Ordem do Dia não foi, toda ela, votada. A sessão parou no segundo processo, Presidente, se eu não estou enganado. Terminou, a sessão suspendeu-se no segundo processo em votação, conseqüentemente, não tivemos o encerramento da sessão de ontem.

Apelamos ao bom senso de Vossa Excelência para que, então, se suspenda a sessão por dez ou quinze minutos e vamos ouvir a gravação no momento em que Vossa Excelência deu por encerrada a sessão, sem terminar a Ordem do Dia. Parece-me que é o processo mais democrático, Senhor Presidente, para que se tire as dúvidas. Eu tenho dúvidas, talvez até os Deputados do PMDB, a maioria já não estava mais no Plenário, Presidente, apenas eu pude ver alguns Parlamentares do PMDB ainda em Plená-

rio. Para que nós pudéssemos mais uma vez deflagrar e mostrar o espírito democrático, para que Vossa Excelência, mais uma vez, tenha coroada a sua atuação, já, nesta manhã de sexta-feira. Vamos suspender por quinze minutos esta sessão, Presidente. Vamos ouvir a gravação para que se tire as dúvidas.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Eu, antes de responder a Vossa Excelência a questão de ordem, eu gostaria de agradecer a Presidente da Fundação EDUCAR, Dra. Leda Maria que há instantes estava aqui em nosso Plenário, está aqui presente, o que muito nos honra e veio assinar um convênio para que os funcionários carentes da Assembléia possam ter acesso às primeiras letras.

Fiz questão que ela viesse conhecer o nosso Plenário e ver o nível de estudantes universitários e reitores das Universidades, o que fizeram em nosso Plenário, quando a Assembléia no dia de hoje assina um convênio para os carentes que não tiveram acesso às primeiras letras durante suas vidas, pretendendo no futuro melhores condições de vida. Ela vindo do Maranhão, do Rio de Janeiro e de Brasília ver o que o universitário, que estuda gratuitamente graças ao Governador Álvaro Dias, ver o que fizeram na sessão do dia de ontem.

E eu respondo a Vossa Excelência, Deputado Algaci Túlio, que eu tenho em minhas mãos as notas taquigráficas que a sessão foi encerrada às 19:15 horas:

"Por motivos de distúrbios gerais esta Presidência dá por encerrada a sessão, marcando outra, Extraordinária, para amanhã, às 10:00 horas com a seguinte Ordem do Dia:

Segunda discussão do Projeto de Lei nº 74/88". E informo mais a Vossa Excelência que durante a execução do Hino Nacional pelos estudantes esta Presidência votou a Ordem do Dia, quando eles, ainda repito, de costas para a bandeira do Brasil e para o Cristo, que nos dá esperança de dias melhores, viravam as costas além de Cristo e da Bandeira para o Plenário desta Casa.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Não vou entrar no mérito das posições tomadas pelos estudantes, pelos reitores, pelos funcionários de Universidades, que aqui vieram ontem. Mas, e sem também, neste momento, querer colocar qualquer suspeita ao trabalho da Taquigrafia desta Casa, longe disso, mas Senhor Presidente, o Senhor tentou várias vezes, durante as manifestações, reabrir, continuar a sessão e não conseguiu, e pelo que eu pude sentir, Senhor Presidente, Vossa Excelência só deu por encerrada a sessão, suspensa a sessão, porque não houve condições de ouvir a sua

alocução, por volta de 20:00 horas, Senhor Presidente, mais de 20:00 horas, não 19:15 horas.

Às 19:15 horas, o Senhor tentou, talvez tenha dado continuidade a votação da Ordem do Dia, agora a suspensão ou o encerramento da sessão e anunciando a outra sessão, talvez foi por volta de 20:30 horas, pelo que nós podemos entender, porque em seguida nós, Deputados da Oposição, fomos dialogar com os Reitores, com os estudantes para que eles deixassem este Plenário.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência, respondendo a Vossa Excelência, ainda foi pessoalmente ao grupo de Deputados que se encontrava à esquerda desta Presidência, informá-los que tinha marcado a sessão e a resposta a Vossa Excelência eu dou com a presença de todos os partidos com assento nesta Casa que estavam ontem e com mais de trinta Deputados.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Realmente, Senhor Presidente, o Deputado Algaci Túlio, não teve oportunidade, nem condições de escutar Vossa Excelência marcando a nova sessão para hoje e declinar a Ordem do Dia, porque naquele momento ele se ocupava em incitar os estudantes que se encontravam nas galerias.

(vozes sobrepostas).

Enquanto ele se preocupava com isso, Vossa Excelência encerrou a sessão e declinou Ordem do Dia para hoje.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Eu quero encerrar este debate que não vai nos levar a nada, se Vossa Excelência marcou a reunião vamos à reunião, vamos cumprir com o nosso dever. Quero deixar bem claro que, me parece que o Deputado Erondy Silvério deve estar ainda nervoso com a briga com o Prefeito Roberto Requião. Não traga para este Plenário a briga com os empresários do transporte coletivo...

(tumulto no Plenário)

(soam os tímpanos)

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Quero parabenizá-lo pela maneira com que conduziu os trabalhos neste Poder Legislativo na data de ontem e confesso que fiquei estarecido ao entrar neste Plenário, de ver a situação em que se encontra o Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná, quando o ilustre Deputado Algaci Túlio defende a baderna, a desordem, a vergonha, porque se fossem estudantes do Mobral, não fariam o que fizeram na Assem-

blêia Legislativa do Paraná e Vossa Excelência, Deputado Algaci Túlio, que está acostumado com baderna e desordem no Paraná, não traga este exemplo a Assembléia Legislativa do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Para completar a minha questão de ordem.

As palavras do Deputado Dirceu Manfrinato em nada me atingem, afinal de contas tenho a minha consciência tranqüila, quero responder apenas ao Líder da Bancada do PMDB, Deputado Artagão Mattos Leão, que não é do meu feitio, Deputado, nem estava a Vossa Excelência, por toda admiração que tenho por Vossa Excelência, está faltando com a verdade. A Oposição manteve-se aqui de pé, acompanhando as manifestações e em momento algum incitou aqueles que aqui estavam a fazer qualquer tipo de baderna.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Amibelli)

Esta Presidência solicita aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares e que as pessoas estranhas aos Parlamentares deixem o Plenário e se assentem nas bancadas laterais, para que esta Presidência possa realizar a sessão.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Eu inicialmente queria me solidarizar com o trabalho realizado pela Comissão Executiva desta Casa, pela presidência da sessão de ontem, comportamento na abertura da sessão de hoje e lamentar profundamente que a professora Leda Maria Chaves não tivesse o devido acolhimento por parte deste Parlamento na manhã de hoje, porque incitao o movimento de ontem acabou trazendo os transtornos que estamos constatando e lamentar profundamente porque o projeto EDUCAR, através da professora Leda Maria Chaves trouxe hoje para o Paraná doze milhões de cruzados para a aplicação em menores carentes, para aqueles impossibilitados de ir a uma escola...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) ... e a professora acabou de se retirar com a comitiva do Projeto EDUCAR e nós lamentamos profundamente que isto tenha ocorrido, Senhor Presidente.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Senhor Presidente, eu reitero a minha questão de ordem. Eu declino da minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Amibelli) Esta Presidência agradece a Vossa Excelência e está em discussão a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme anexo distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 74/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 52/88); dispõe que compete ao Poder Executivo, através da Secretaria Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, da Casa Civil e das Secretarias da Administração e da Fazenda, o controle administrativo-financeiro das Instituições de Ensino Superior - I.E.S., mantidas pelo Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., por maioria e da C.E., por unanimidade, na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em número de 04 (quatro), nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
AO SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
AO PROJETO DE LEI Nº 74/88

Art. 1º - O artigo 5º, do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 074/88, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º - Fica criado, junto à Secretaria Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, o CONSELHO DE DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - CODINES".

Art. 2º - Nos artigos 6º, 7º e 8º, substitua-se a sigla "CRUESPAR" por "CODINES".

Sala das Sessões, em 06.05.88.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

Apoiamto: Artagão Mattos Leão, Nestor Baptista, Lauro Lobo Alcântara, Herma Brandão, Pirajá Ferreira, Eduardo Baggio, Quielise Crisóstomo.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Inclui § Único ao artigo 4º -

§ Único - Fica assegurada a criação e implantação dos cursos de Medicina e Odontologia na Fundação Universidade Estadual

de Maringá, nos moldes da Lei Municipal nº 2319/87 de 29.12.87.

Sala das Sessões, em 06.05.88

(aa) FERRARI JÚNIOR

ANTÔNIO BÁRBARA

Apoio. David Cheriegate, Luiz Carlos Alborghetti, Acyr Messadri, Basílio Zanusso, Tadeu Lúcio Machado, Lauro Lobo Alcântara, Paulo Furiatti, Amélia Hruschka, Djalma de Almeida César, Raul Lopes, Sabino Campos, José Alves, Lindolfo Júnior, Rafael Greca, Domingos Scarpellini, Dirceu Manfrinato, Antônio Belinati, Nelson Vasconcellos, Pirajá Ferreira, Ezequias Lasso, Hermas Brandão, Cândido Bastos, Caíto Quintana, Homero Oguido.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03 AO SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 2º - Parágrafo Único - Passa a ter a seguinte redação:

"Dentre as ações e os recursos previstos neste artigo, incluem-se aquelas destinadas à implantação de novos cursos de graduação e pós-graduação, "strictu-sensu", a ampliação da infra-estrutura física das IES, assim como as que instituem ou modifiquem planos de carreiras, quadro de pessoal e tabela de salários e vantagens".

Sala das Sessões, em 06.05.88.

(aa) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

NESTOR BAPTISTA

LAURO LOBO ALCÂNTARA

PIRAJÁ FERREIRA

NEREU CARLOS MASSIGNAN

DIRCEU MANFRINATO.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Art. 1º - Fica criado um Conselho com a finalidade de analisar a viabilidade de novos cursos e a criação da Universidade Estadual do Sudoeste, composta pela Fundação Faculdade de Ensino Superior de Pato Branco - FUNESP, e pela Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão - FACIBEL.

Parágrafo Único - O Conselho será composto, paritariamente, por membros das Faculdades e do Poder Executivo.

Art. 2º - Autoriza o Poder Executivo a estudar o repasse de recursos, a serem incluídos no Orçamento de 1989, para a Fundação Faculdade de Ensino Superior de Pato Branco - FUNESP e para a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão - FACIBEL, recursos estes, proporcionais ao montante destinado às demais Faculdades Estaduais do mesmo porte.

Art. 3º - O prazo para conclusão do estudo em questão, será de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação.

Sala das Sessões, em 06.05.88.

(aa) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

LAURO LOBO ALCÂNTARA

CAÍTO QUINTANA

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

ANTÔNIO ANNIBELLI

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Peço a palavra, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Annibelli) Sobre o projeto há um Requerimento do Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, que requer a suspensão da discussão e votação do Projeto de Lei nº 74/88, com suas Emendas, para que o assunto seja apreciado com profundidade na elaboração da futura Constituição Estadual. Em votação.

O Sr. EDMAR LUIZ COSTA - Peço a palavra, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Annibelli) - Concedo a palavra a Vossa Excelência, para encaminhar a votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Para encaminhar) - Nobre Presidente, nobres Deputados. Votarei contra o projeto em segundo turno.

Reservo-me o direito de, com fundamento no Artigo nº 147, na próxima segunda-feira, apresentar algumas Emendas que tentarão retirar um pouco do ranço ditatorial desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em votação o Requerimento. Rejeitado.

Em discussão o Projeto nº 74/88.

Obedecendo a ordem das inscrições que a Mesa tem, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Gostaria de saber quantos estão inscritos e em que ordem estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Primeiro orador inscrito, Deputado Nereu Carlos Massignan; segundo, Nestor Baptista; terceiro, Caíto Quintana; quarto, Artagão Mattos Leão; quinto, Pirajá Pereira.

Vossa Excelência poderá se inscrever, se assim o desejar.

O SR. ALGACI TÚLIO - Já estou pedindo a

minha inserção.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Sexto orador inscrito, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu gostaria que não se utilizasse o Regimento da Casa e que permanecesse o espírito democrático, permitindo que discutissem mais de três Deputados, este Projeto.

Apelo a Vossa Excelência e apelo ao espírito democrático da Bancada do PMDB, que permita que todos aqueles que precisarem discutir o projeto possam fazer uso da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- O espírito democrático desta Presidência está mantido com as inscrições de 6 Senhores Deputados, inclusive Vossa Excelência. Primeiro Orador que se encontra na tribuna, Deputado Nereu Carlos Massignan, Vossa Excelência tem 60 minutos para discutir a matéria.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN- Obrigado, Excelência.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Fato inédito aconteceu dentro dessa discussão toda, sobre a autonomia universitária ou não autonomia universitária.

Venho registrar como algo de importante nestes momentos de construção democrática em todo este debate, com toda a irritação provocada com aquela platéia de ontem, generosa, ao discurso fácil.

Quero registrar um fato que eu considero de suma importância e que vai servir de exemplo aos Deputados, ao Parlamento, e à Presidência da República, e vai servir de exemplo a todos aqueles que convocados forem para gerir recursos públicos.

Pela primeira vez na História da Política, na sua concepção mais ampla, mais ética e mais moral, eu vi um dirigente que recebe recursos públicos assinar um documento, encaminhado a esta Casa de Leis, pedindo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O Reitor da Universidade de Londrina, Jorge Bonassar Filho, tomou uma atitude que eu considero exemplar e, por ser inédita, deveria receber a repercussão nacional que o fato merece.

Ora, Senhores Deputados, desde quando, na História da República, da Ditadura, do Império, e da Colônia deste País alguém se abre, se expõe, dá o exemplo de transparência da qual tanto se fala nesta Assembleia Legislativa e assina, de sua consciência, um pedido para que se investigue a aplicação do dinheiro público que é dirigida à Universidade de Londrina. Não sei se esta foi a sua intenção, mas acredito que Jorge Bonassar, o Reitor, ao as-

sim proceder, nada mais fazia do que cumprir com a legitimação do seu mandato, porque esse não é o Reitor que era indicado pelos governantes de então, em lista sêxtupla, da qual eu me referia ontem, nos idos de 1969.

Os Reitores de hoje têm a legitimidade da eleição. Não são aqueles Reitores que eram escolhidos à vontade de quem, circunstancialmente, se encontrava no Palácio. A legitimidade do voto lhe deu a tranquilidade da consciência para requerer desta Casa a implantação de uma CPI. E o fato que merece destaque é que esse pedido foi feito muito antes das investigações do Tribunal de Contas: surgiu no debate deste Projeto de Lei. A Imprensa pouco divulgou isso, é uma pena. Merece o registro do editorial do "Jornal do Estado", que afirmava que a atitude do Reitor era a valorização do Legislativo, que era a sua função primordial elaborar a Lei, mas não só isso: também fiscalizar as ações do Executivo.

Este exemplo de transparência serve de exemplo a nós. E nós, da Assembleia, temos que ser transparentes também. O Reitor, com esse gesto, se despe da função de magnífico e nos dá uma aula, não uma aula acadêmica, não a pesquisa aprofundada, não aquele ambiente do estudo, do silêncio, dos laboratórios. Dá-nos uma aula de democracia, de transparência, de seriedade e de decência.

Ninguém nesta República até hoje teve esta coragem. Nem o Presidente da República, José Sarney que, quando se vê às voltas com a CPI da Corrupção, no Senado Federal, ao invés de se afirmar como cidadão e prestigiar a investigação da CPI, diz a todos para que ela não aconteça.

Talvez seja necessário que o Reitor dê uma aula ao Presidente da República, já deu a aula a todos nós, aos atuais dirigentes e aos futuros.

Espero que esta CPI, Sr. Presidente e Srs. Deputados, atinja o objetivo e honre a assinatura deste cidadão que pede para ser investigado e espero que isto leve ao Senado Federal a tranquilidade para que eles continuem, sem medo, a investigar os atos de corrupção da Nova República, deste Governo que tem medo da investigação, que troca o Líder do PFL porque este lhe faz oposição.

Este debate todo contribui para este fato inédito! Voltaire já dizia "que os conspiradores mais sanguinários nunca disseram: cometamos um crime." Realmente, os conspiradores não avisam que vão cometer um crime, não mostram o punhal, não apresentam a sua metralhadora, não dizem que têm o veneno pronto para derrubar na taça de vinho, não se anunciam como conspiradores: 1964 é o exemplo maior disso. Os ge-

nerais saíram da caserna e, aos poucos, enterraram a democracia, poucas horas. Repito: "Os conspiradores mais sanguinários nunca disseram: cometamos um crime".

Este pedido de CPI tem a dimensão deste alerta e desta convocação de Voltaire; esta não é uma Casa de conspiradores, a Universidade não é um antro de conspiradores. Esta Casa, como eu dizia ontem, tem o respaldo da representação popular, não somos o produto do contrato de compra e venda com testemunhas formalizadas em cartório, não é a universidade o produto da vontade circunstancial de governantes, Deputados, políticos - são instituições permanentes. Tanto o Parlamentar como a Universidade somam, um na representação popular outro na responsabilidade transformadora da sociedade pelo estudo, pela pesquisa, pelo ensino, pela educação e pela sua autonomia e a sua própria liberdade. A Universidade nos dá o exemplo da autonomia quando se subjeta ao pedido da CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito.

Dispensa-se o requerimento formal do voto de congratulações. Porque o que eu estou dizendo fica registrado nos Anais como forma de reconhecimento a um Reitor que tem a serenidade de saber enfrentar isso. Os meus cumprimentos ao Reitor Jorge Bonassar, as minhas congratulações e que este fato não se transforme apenas num fato, mas que sirva de exemplo, que se transforme numa jurisprudência permanente, nesta Pátria que desgrazadamente ainda não acredita que é possível fazermos alguma coisa para começar a mudar os conceitos neste País.

Aquela rebelião de ontem, que eu não assisti, mas que imagino tenha sido quase que um estado pré-revolucionário interno nesta Casa, não está só na questão da autonomia universitária. Há nesta rebeldia alguma coisa a mais que transborda destas paredes, das palavras de ordem. Há nesta soma toda uma realidade, aí fora, que nos cerca. Certamente estes jovens não se rebelam apenas contra este projeto, talvez, até, pela má informação de não conhecê-lo em profundidade e isso é compreensível nos jovens estudantes. Mas eu faço um apelo aos estudantes e aos professores que cumpram e que façam deste registro que aqui hoje eu trago uma forma de encaminhamento das questões, não só universitárias, mas que envolvem toda a sociedade paranaense.

Não somos a Casa dos conspiradores, portanto, não vamos anunciar um crime. Este Projeto não é um crime, e aqui não há conspiradores!

Ontem, eu dizia que, de repente, chegava à conclusão de que mais lógico seria a retirada do meu Substitutivo. Porque não vi nenhuma frase, nenhuma palavra, um gesto sequer de que o Substitutivo na verdade

tem avanços e modificações.

O Substitutivo, em seu Parágrafo Único, do Artigo 2º, Srs. Deputados, diz o seguinte: "Entre as ações e os recursos previstos neste Artigo, incluem-se aqueles destinados à criação e implantação de novos cursos. A ampliação e infra-estrutura física, assim como as que instituem ou modifiquem plano de carreira, quadro de pessoal, tabela de vantagens". Muito bem, a questão salarial das universidades está embutida no projeto. E também é questionado se a autonomia das universidades está sendo ferida quando o Poder Público quer opinar a respeito dos planos de carreira, do quadro de pessoal e da tabela de salários e vantagens.

Este Substitutivo se adianta àquilo que foi aprovado na Constituinte, Srs. Deputados.

O Artigo 198, já aprovado na Constituinte, diz o seguinte: "A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou a alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão a qualquer título de pessoal pelos órgãos e entidades da Administração direta ou indireta e, inclusive, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas..." portanto se refere aqui à questão salarial e ...

O Sr. Edmar Luiz Costa - Permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - ... e inclui as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. Cederei o aparte em seguida, logo após o aparte ao Deputado José Felinto.

Como essas concessões serão feitas? Se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos decorrentes. Segundo, são dois critérios: se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é uma novidade do Projeto da Constituinte. Não existia a Lei das Diretrizes Orçamentárias nas Constituições anteriores. Agora, um ano antes, o Congresso Nacional e nós, consequentemente, teremos que aprovar a Lei de Diretrizes de Normas Orçamentárias, que vai vigor para o ano seguinte. E se isto não estiver incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias, não será possível. Portanto, este dispositivo do nosso Substitutivo e que estava inclusive, incluído na Mensagem Governamental é uma antecipação do que decidiu a Constituinte. E o que é mais legítimo, hoje, neste País serão a Constituinte? Qual é a esperança deste País serão a Constituinte? A esperança é José Sarney? A esperança é que se deixe de roubar, neste País? A esperança é que acorde-

nós amanhã com um País novo, sem roubalheiras, sem a entrega da nacionalidade com a conversão da dívida externa? Em que os investidores estrangeiros fazem o milagre de transformar 1 dólar em 8 dólares num ano, 10 milhões em 80 milhões, 100 milhões em 180 milhões num ano? A conversão faz com que a especulação financeira, hoje implantada aqui, se envergonhe pela sua capacidade de lucro imediato, que terá. Qual a nossa esperança, senão isto? Criticar o Substitutivo, neste aspecto, é ir de encontro àquilo que foi decidido na Constituinte...

O Sr. Edmar Luiz Costa - Permita-me um aparte, Deputado. Neste ponto, exatamente neste instante, apenas para esclarecer.

A Constituinte, até agora, não aprovou em definitivo absolutamente nada...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Nobre Deputado, me permita. Eu quero conceder aparte, pela ordem, primeiro ao Deputado José Felinto e depois a Vossa Excelência.

O Sr. José Felinto (Aparte) - Muito obrigado pelo aparte, nobre Deputado Nereu Massignan. Eu quero lembrar que V.Exa. assinou uma solicitação de CPI proposta por este Deputado, por todas as Bancadas presentes aqui, tanto de Oposição como também da Bancada do Governo. Em nenhum momento, eu creio que todos os que usaram a tribuna no dia de ontem, quiseram crucificar o Senhor Jorge. Mas, a CPI, tenho certeza, irá referendar as posições do Tribunal de Contas e irá também solicitar todas as notas, todas as passagens que não howeram e que irá a fundo comprovar irregularidades ocorridas na UEL. Também não podemos dizer que é o Reitor o culpado. Mas, que culpados aparecerão, ao longo dos levantamentos que serão feitos pela CPI, tenho certeza de que isto acontecerá.

E sugerimos ao nosso Líder da Bancada, que também indique V.Exa. para participar desta CPI. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Muito obrigado pelo aparte, do nobre Deputado José Felinto, que é o autor da CPI. Desculpe-me não ter feito esta referência, porque na verdade o Requerimento de V.Exa. vem completar aquela vontade do próprio Reitor. Ela se soma neste objetivo.

Concedo aparte ao nobre Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa - (Aparte) Nobre Deputado Nereu Massignan, estou acompanhando o seu raciocínio, como sempre brilhante, V.Exa. na tribuna. Respeito os seus argumentos e discordo de alguns de-

les. Mas, eu quero restabelecer a verdade: a Constituinte, na realidade, até agora não aprovou nada em definitivo. Passou em 1º turno, resta a votação em 2º turno. E nós não sabemos se a tendência manifestada no primeiro turno será mantida no segundo. Portanto, não vamos arguir aqui com a nova Constituição como matéria já definitiva. Passou em 1º turno, resta a votação em 2º turno.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Perfeito, Excelência.

Eu agradeço vosso aparte. Ele é procedente. Agora, eu quero acrescentar o seguinte: eu considero que no, 2º turno, nós vamos discutir apenas emendas supressivas. E é possível, então, que a emenda supressiva retire este dispositivo, que eu não acredito. Este é um dispositivo altamente moralizador para todas as instituições públicas.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Eu não estou discutindo o mérito, eu estou apenas salientando que não há nada de definitivo.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Mas é porque eu não acredito é que fui tão enfático na afirmação de que isso praticamente é lei. Eu não acredito que essa Emenda venha a ser suprimida no segundo turno, porque ela faz referência à Lei de Diretrizes Orçamentárias e essa, nenhum Constituinte terá coragem de derrubar, porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias, é uma reivindicação dos próprios Constituintes.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Nobre Deputado, eu não estou discutindo o mérito, estou apenas salientando que não há nada de definitivo. Nobre Deputado, eu insisto apenas quanto ao aspecto formal. Eu não sei se fui bem entendido. Eu estou discutindo o aspecto formal da afirmação de Vossa Excelência. E Vossa Excelência afirmou "é praticamente lei". Não existe "praticamente" lei. Existe lei ou não existe lei. Por enquanto, não existe a lei. Juridicamente não existe.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Perfeitamente. Na concepção do Direito Positivo V.Exa. tem razão. Mas como expectativa de direito V.Exa. há de admitir que eu estou com a razão.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Eu chegaria a falar em potencialidade.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência é professor de Direito Civil em Ponta Grossa e pode ser meu professor, mas nesse aspecto eu discordo. V.Exa.

tem uma carreira brilhante como Professor universitário, mas nesse aspecto, infelizmente, ~~isso me submetendo~~ à condição de seu aluno, me permita discordar do mestre.

O Sr. Edmar Luiz Costa- Vossa Excelência tem condições de ser meu mestre.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN- Em absoluto.

Não sou catedrático de Direito Civil. Gostaria muito de ter o "status" universitário que tem Vossa Excelência.

Mas prossigo Senhor Presidente, Senhores Deputados. Então nesse aspecto, nós não estamos fazendo nada de extraordinário, nada que possa irritar a comunidade universitária. O Artigo 1º desse projeto, é uma novidade e, durante a negociação que nós implantamos através da Comissão de Constituição e Justiça, quando apresentado a dois Reitores e a várias pessoas que participaram disso, não contestaram em absoluto. Por que não? Porque isso aqui dá uma garantia às Universidades. Estamos discutindo questões orçamentárias. Não é nem a fiscalização como foi dito aqui ontem, não é nem Conselho Diretor. Não existe mais Conselho Diretor. Isso não é verdade minha gente. No projeto original existia o Conselho Diretor. Hoje não existe mais. É apenas a autorização governamental nas questões orçamentárias e nesse aspecto, não há divergência.

A própria comunidade universitária, o comitê de defesa da Universidade, numa audiência com o Governador, afirmaram peremptoriamente que a questão orçamentária não estava em jogo e é exatamente isso que nós estamos discutindo nesse Projeto.

O Artigo 1º- diz que "as instituições de ensino superior terão assegurados os recursos necessários à sua manutenção, na Lei Orçamentária". É isso o que os Reitores querem, que se assegurem os recursos na Lei Orçamentária. É isso que os Conselhos querem. Vai mais além, o artigo 1º- que esses recursos da Lei Orçamentária do exercício "em montante não inferior em termos de valor real à do exercício imediatamente anterior".

Isso o que quer dizer? Quer dizer que se o orçamento de Ponta Grossa, se hoje é de 2 bilhões de cruzados, no ano que vem será de 2 bilhões, corrigido em termos de valor real.

É isso ou não é isso, Senhor Reitor? Isto dá garantia, dá certeza até do planejamento antecipado pelos cálculos de índices que se possa corrigir em termos de valor real.

Qual é a divergência, qual é a possibilidade de se ferir a autonomia universitária pelo Artigo 1º do Substitutivo? Nenhuma.

O Artigo 2º é onde previa a criação do

Conselho Diretor. Isso não existe mais. Todos os novos Projetos de expansão, assim como os respectivos recursos para a lei dos já aprovados nos Orçamentos vigentes, e aqui se fala de novo em orçamento, recursos aprovados além daqueles que já estiveram no orçamento, se está no orçamento, não há que autorizar nada. A Universidade tem plena autonomia, para gerir o seu orçamento. Aquilo que for além do orçamento vigente, sim, precisa da opinião do Governo.

Bem como os que as Instituições de Ensino Superior, queiram incluir nas propostas dos orçamentos anuais.

No 1º caso, dos orçamentos vigentes, quando se queira gastar mais do que aquilo;

No 2º caso, quando se queira ampliar os valores do Orçamento, mais valor real, para o orçamento seguinte, do ano seguinte.

Se pelo Artigo 1º, fica definido que o orçamento da Universidade de Ponta Grossa, é de 2 bilhões e 500 milhões, mas a proposta estrapola este valor, aí sim, esse valor a mais do orçamento é que precisa a autorização Governamental.

Veja que no 1º Artigo, como no 2º, se fala apenas em orçamento. Não se fala em fiscalizar os atos da Universidade. Não se fala em o Governo ir lá dizer, o que deve fazer a Universidade. A Universidade faz a proposta, pelo caminho do orçamento.

É isso que precisa ficar claro aqui. Essas questões ficam dependentes da aprovação do Chefe do Poder Executivo, ouvido o Secretário especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, o Chefe da Casa Civil, e os Secretários do Estado do Planejamento, da Fazenda e da Administração.

Ora, esse artigo, poderia muito bem parar em Chefe do Poder Executivo, não precisaria nem escrever aqui, ouvido o Secretário tal, por que? Porque o Governador houve quem ele quer, ele pode ouvir todos os Secretários em qualquer assunto de Estado, se assim der a entender.

Então essa questão de ouvir os Secretários é uma mera repetição de uma atribuição do Governador.

Eu não vejo inconveniente nenhum em manter, e não vejo inconveniente nenhum em retirar.

Porque o Governador ouve quem quer, ouve o Secretário que ele quiser, ouve pessoas fora da estrutura do Estado, se ele quiser, e quantas vezes assim o tem feito.

Onde fere a Autonomia?

O parágrafo único, o Art. 2º, é uma disposição genérica orçamentária; O parágrafo único, especifica algumas das ações que me parecem ser a grande preocupação do Governo. Se assim não o fosse,

não era necessário Parágrafo Único. Aí daria a impressão, pelo Projeto, pelo Artigo 2º, ~~em~~ o Parágrafo Único, que tudo o que fosse feito e pensado em fazer na Universidade, dependeria de aprovação do Governo. Mas o Governo especifica algumas ações, para dar a dimensão da sua preocupação. Dentre as ações, os recursos previstos, neste Artigo 2º, incluem-se aqueles destinados à criação e implantação de novos cursos. A criação de novos cursos vai ser substituída porque não é da competência do Governo do Estado autorizar a criação de cursos. E sim, a implantação. Virá uma emenda, modificando isto. Nós estamos reconhecendo que realmente aqui, temos que nos curvar à Lei Federal, que determina, que quem propõe novos cursos, é a Universidade. Quem aprova são os Conselhos específicos e depois o Conselho Federal de educação, ou o Conselho Estadual de Educação, conforme o caso.

Então, nas questões dos novos cursos, também não há o que discutir, se fere a autonomia Universitária. Não fere. Porque há a liberdade da criação.

A implantação sim, tanto é verdade meus companheiros, que isto é necessário, que há uma Emenda, já proposta pelos Deputados Ferrari Júnior e Antonio Bárbara, pedindo que se inclua uma inserção no Artigo 4º a criação da Faculdade de Medicina e Odontologia de Maringá, que é a implantação. Se fere a autonomia, não podemos nem aprovar a emenda deles e aí há um interesse dos Deputados, há interesse do Reitor, há o interesse do prefeito e há o interesse da comunidade de Maringá.

Aonde está essa autonomia ferida?

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte. (Assentimento).

Deputado Nereu, com todo o respeito que tenho pelos Parlamentares da região de Maringá, mas, como também tenho participação, dada a extensão da universidade de Maringá, com ramificação na cidade de Cianorte, cabe a mim interpellar Vossa Excelência uma vez que Vossa Excelência acaba de dizer que a emenda está pedindo a implantação.

Na verdade esta implantação já está autorizada em Maringá e ela terá durante 8 anos o suporte da Prefeitura Municipal de Maringá. Não envolve nada na estrutura orgamentária do nosso Governo do Estado.

E quero aproveitar para nesta oportunidade, pedir aos Deputados que deem apoio a esta emenda do Deputado Ferrari Júnior e do Deputado Antonio Bárbara, porque acho que é uma justiça que será feita a Maringá, porque não vai só beneficiar Maringá. Maringá hoje é uma cidade polo e nós sabemos que esse benefício se estenderá para vários municípios da região de Maringá.

Então, Deputado Nereu Massignan, faço um apelo até, de que faça um julgamento de consciência uma vez que o suporte é da própria Prefeitura.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Deputado Dirceu Manfrinato, na verdade eu não critiquei a Emenda. Estou apenas usando do argumento da emenda para argumentar em favor do projeto.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Mas a emenda não é argumentação porque é uma coisa correta, ilustre Deputado, porque ela não fere os princípios do Governo do Estado.

O SR. NEREU MASSIGNAN - O Artigo 3º autoriza o Poder Executivo a realizar auditoria.

Ora, eu agora pouco elogiei o Reitor que pede CPI. Como é que nós vamos negar a implantação de auditoria? Esse dispositivo se soma à vontade política, essa decisão moral do Reitor que pede CPI. Não vejo como contra-argumentar que a comunidade universitária ou a posição venha bombardear a necessidade de se fazer auditorias nas Universidades. Aí nós estaríamos contradizendo à própria proposta do Reitor Bonassar, que pede investigações.

É preciso que haja auditorias. Não há como negar isso.

O Sr. Edmar Luiz Costa - (Aparte) - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado eu entendi que Vossa Excelência diz que devemos votar contra a Emenda dos ilustres Deputados Ferrari Júnior e Antonio Bárbara quanto à implantação de dois novos cursos na Universidade de Maringá.

Em Ponta Grossa, desde 1968, pela lei Estadual nº 5753, publicada no Diário Oficial nº 32, de 06 de abril de 1968, foi criada legalmente a Faculdade de Medicina. Eu vou apresentar uma Emenda segunda-feira, uma Emenda em 3º turno requerendo a implantação do curso de Medicina que já foi criado por lei em Ponta Grossa em 1968.

Então, pelo que percebo Vossa Excelência vai votar contra os nobres Deputados de Maringá e contra mim também.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu não afirmei que vou votar contra. Eu estou usando a emenda como argumento para parágrafo único do Artigo 2º.

O Sr. Edmar Luiz Costa - (Aparte) - Então posso contar com o apoio de Vossa Excelência para a minha Emenda também?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Exce-

lência, na oportunidade devida, terá a minha posição em relação a estas questões.

O Sr. Ferrari Júnior - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Seja breve, nobre Deputado, que eu estou encerrando.

O Sr. Ferrari Júnior - Eu agradeço, mas se Vossa Excelência me cerceia a liberdade de fazer uma exposição e debater com Vossa Excelência eu dispenso. Obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu só pedi a compreensão de Vossa Excelência, mas ouço com muita atenção.

O Sr. Ferrari Júnior - Deputado, Vossa Excelência manifestou-se a respeito da Emenda da Universidade de Maringá; pena que seu discurso, hoje, a respeito do seu substitutivo, não esteja sendo ouvido pelos estudantes universitários. Vossa Excelência coloca com muita categoria todas as posições. Eu acho que Vossa Excelência tem razão, e votei ontem a favor do projeto, voto hoje a favor do projeto, já manifestei, publicamente a minha posição, tenho tido contatos frequentes com o Reitor da Faculdade Estadual de Maringá, que está presente na sessão, nos prestigiando, presença que muito nos honra, e vejo que, quem não tem o que temer não se preocupa com este projeto do Governador, é o caso do Reitor da Universidade Estadual de Maringá. Ele gostaria que não fosse aprovado o projeto, mas, ele está também preocupadíssimo com os cursos de Odontologia e Medicina de Maringá, e está nos opinando, apoiando os Deputados de Maringá, está assistindo à sessão, e pedindo, como nós, os votos dos Deputados, para nossa emenda. Porque se nós votarmos contra a Emenda, o que é que nós estaremos fazendo? Nós estaremos permitindo que o Estado intervenha no Município de Maringá, porque o Município criou já a Faculdade, já existe a Faculdade de Medicina e Odontologia, as Faculdades estão sendo implantadas. Agora, no meio do ano vai haver um concurso, vai haver o vestibular. Se aprovado o projeto, esses cursos caem, mesmo sendo mantido pela Prefeitura Municipal. E o Senhor Ascêncio Garcia Lopes, Secretário do Governo, está inclusive contrariando o Governador! Vossa Excelência disse há pouco, com muita presteza, com muita seriedade que o Governador não tem que ouvir ninguém, é verdade! Não tem que estar ouvindo Secretário, é verdade! Mas, tem Secretário do Governo que não está ouvindo o Governador, quer mandar mais que o Governador? O Governador nos autorizou a apresentar esta emenda, a

minim e ao Bauer, e nós viemos pedir aos Deputados, não viemos enganar os companheiros que confiam em nós! O Governador disse que se a Emenda for aprovada, e já tem a palavra dos Deputados, ela vai ser aprovada, o Governador vai sancionar, agora, o Ascêncio não quer!

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - E qual é a orientação, nobre Deputado vamos pela do Governador ou vamos pela do Secretário?

O Sr. Ferrari Júnior - Pois é, se agora nós temos que ser companheiros de Alvaro Dias ou de Ascêncio, eu prefiro ser companheiro de Alvaro Dias.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Então vamos votar com a emenda. Muito obrigado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Inacrevo-me num aparte a Vossa Excelência. Serei breve.

Deputado Nereu, quero nesta oportunidade endossar as palavras do Deputado Ferrari Júnior. Sei que em Maringá existem dois representantes do PMDB, Deputados estes que vêm cumprindo com dignidade os seus mandatos.

Mas, gostaria de dizer, e não poderia passar em branco, neste Poder Legislativo, e parabenizar todos os reitores que aqui estiveram, que aqui estão, mas, em especial, quero registrar nos Anais deste Poder Legislativo, e parabenizar o comportamento do Magnífico Reitor, Fernando Pontes de Miranda da Universidade de Maringá, pela forma brilhante que acompanhou a votação deste Projeto, e pela maneira brilhante que está brigando pelos interesses da Universidade de Maringá.

Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu agradeço o seu aparte.

Bom, para encerrar, a criação do Conselho, estamos apresentando uma Emenda mudando a denominação de Conselhos de Reitores, para Conselho de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior, por quê? Porque há reitores e há diretores, então, não é só um Conselho de reitores e não é só um Conselho de Diretores, é um Conselho de Dirigentes, que será dirigido pelo Secretário da área específica. É um outro ponto divergente, mas que, no meu entendimento - eu respeito as divergências, - não é a essência da questão que nós estamos discutindo aqui, a essência é o Conselho, a Presidência é um adendo a isso, não vejo maiores inconvenientes. Se há algumas antipatias da área universitária com o Secretário, não são antipatias, me parece que já está havendo até divergência dentro do próprio Governo da posição do Secretário.

rio com o Governador e com os Deputados, isto prova de que a Presidência do Conselho não é substancial.

É engraçado, voltando a lembrar Voltaire: Aqui não é uma casa de conspiradores. Como ele dizia, os conspiradores, os mais sanguinários, nunca disseram, - cometamos um crime. Nós não estamos, com toda certeza, aqui cometendo crimes, como não cometeu crime o Reitor que pediu a CPI, como não cometeremos crimes na hora em que votarmos isso, e depois, na prática, há de se ver a aplicação da lei e nada de tudo aquilo que já foi dito e criticado, toda aquela exacerbação, aquela fúria de ontem vai se desvanecer pela prática da lei.

Nós teremos, tenho certeza, as universidades cada vez melhores, e a nossa preocupação não é com que essas universidades sejam destruídas. As universidades do Interior são um fator de desenvolvimento e nós temos que ter a preocupação de preservá-las. Se vim hoje de novo defender na Tribuna este substitutivo, venho com a autoridade de quem representa uma região que não tem nenhum curso superior mantido pelo Governo, não tem nenhum aluno do Sudoeste mantido pelo Governador.

Isto nos dá autoridade de falar, porque ainda estamos esperando a nossa universidade. Nem isto. Ainda estamos esperando um curso superior mantido pelos cofres públicos.

E afirmo, como diretriz e filosofia minha, defendo o ensino público, gratuito e em todos os níveis. E espero que a Constituinte assim o faça, atendendo a este meu apelo, que não é meu, mas sim, dos professores, dos estudantes, desta sociedade que precisa avançar na educação, na saúde e em tantas coisas. Este é o Parlamento que discute, que se abre à sociedade paranaense. Não é uma associação de conspiradores.

Era só.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Concedo a palavra ao Deputado Nestor Baptista. Vossa Excelência tem sessenta minutos para proferir a sua oração.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Muito obrigado, Senhor Presidente. Se possível usarei os sessenta minutos a mim destinados para discutir este projeto que deve ter deixado o "bambi" satisfeito, porque afinal de contas, veja a situação Senhor presidente em que se encontra o Plenário desta Casa. A estrepolia provocada por "bambi", a estrepolia provocada por assessores de "bambi"...

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Qual o artigo que Vossa Excelência se refere?

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, o Senhor na sessão de ontem não perguntou a nenhum Parlamentar que artigo. Peço a Vossa Excelência que me permita uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Mas hoje eu vou perguntar. Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente eu quero esclarecer, me permita, que nós fomos os últimos a sair desta Casa ontem, e pudemos ver que a sujeira não foi tanta como se apresenta hoje.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Eu não aceito. Vossa Excelência continua com a palavra, Deputado Nestor Baptista.

O SR. ALGACI TÚLIO - Permita-me, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Vossa Excelência vai querer tumultuar a Sessão e eu não vou aceitar. Hoje a democracia vai ser relativa, não vai ser total, porque ontem foi total e viu hoje no que está.

Vossa Excelência Deputado Nestor Baptista, continua com a palavra.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu peço a meus companheiros que me permitam dar sequência ao meu pronunciamento. Confesso a meus companheiros que gostaria hoje de falar para a mesma plateia que esteve presente ontem, na sessão tão longa, tão demorada e proveitosa.

Falou-se aqui, na sessão de ontem, Senhor Presidente e na sessão inclusive da semana passada, quando antecipávamos já a discussão da tal autonomia que está sendo tirada, digo tal porque não se tira autonomia alguma. De que não houve diálogo, de que não houve conversa, de que não se procurou a troca de conhecimentos e de informações; quem teve interesse discutiu, acompanhou, porque a Mensagem foi encaminhada para esta Casa, Senhor Presidente em 05 de abril, e hoje é dia 08 de maio, há mais de um mês, portanto, esta Mensagem estava tramitando aqui na Casa. E são testemunhas vários professores das Universidades de Maringá, Londrina, Ponta Grossa, que ficaram todo esse tempo aqui na Assembleia, mais de um mês aqui na Assembleia acompanhando, porque não? Claro, deixaram de dar aula, porque havia interesse em

discutir a matéria, receberam os seus salários porque havia interesse em discutir a matéria, receberam os seus salários porque estavam aqui acompanhando a discussão de tal autonomia.

Eu quero fazer justiça a alguns companheiros, Senhor Presidente, Deputada Amélia Hruschka, que aqui está, reviu a Comissão de Educação para ouvir professores, para ouvir representantes de alunos e para discutir a Mensagem que havia sido encaminhada à Casa.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Nobre Deputado, me permite um aparte exatamente neste ponto, não é polêmico.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Na sequência concederei o aparte ao Deputado Edmar, que é um Deputado polido, que representa condignamente a cidade que é chamada a Capital Cívica do Paraná, bem ao contrário do Reitor da Universidade, da minha cidade, porque eu também sou Pontagrossense.

Mas, quero fazer justiça ao Deputado Nereu Massignan, à Deputada Irondi Pugliesi, ao Deputado Haroldo Ferreira, que, nesses 30 dias ou mais, quase que diariamente conversaram com representantes das Faculdades, das Universidades, com professores e alunos. E eu ouvi ontem aqui neste plenário, os pregadores da mentira, os pregadores da inverdade, dizendo que não houve diálogo. A nossa própria bancada recebeu, eu recebi no meu gabinete alguns professores, que volto a repetir ficaram aqui na Casa por mais de 30 dias, indo de gabinete em gabinete, e no meu gabinete, também, foram recebidos, com respeito, com educação porque eu os ouvi, o que eu não sabia procurei aprender, porque não sou professor de Deus e nem professor de professor de Deus, como determinados Deputados que têm assento nesta Casa.

E se disser que não houve diálogo, se disser que não se discutiu, que não se procurou a informação a respeito da Mensagem, é a desinformação de quem assim se conduz.

Eu quero ir mais além, com o Deputado Artagão Mattos Leão, com o Deputado José Rogério Carvalho, que aqui se encontra e com o Deputado Nereu Carlos Massignan. Alguns jovens que aqui ontem se alteraram, que perderam a cabeça, que advogaram a causa de determinados privilegiados das Universidades, e o relatório do Tribunal de Contas é a maior demonstração do privilégio. Não é vidro de perfume não! Tem coisa mais séria, e a CPI que vai ser instalada aqui na Casa, vai demonstrar não só os fatos levantados pelo Tribunal de Contas, mas outros fatos mais estarrecedores até.

O Governador Álvaro Dias, repito, com o Deputado Artagão Mattos Leão, com o De-

putado Nereu, com o Deputado José Rogério, receberam uma Comissão composta pelo Oscar, que é professor da Universidade de Ponta Grossa, eu não tenho aqui o sobrenome dele, pelo Euclides Panazolo, que é também do DCE da Universidade de Ponta Grossa, pelo Paulo Pedron, que é da UFPR, aquele mesmo rapaz que distribuiu os cartazes em branco aqui, que disse que vai colocar a fotografia dos traidores, pelo Alfeu Luís Capequari, do Sindicato dos Professores do Paraná e pelo Professor Brusque, Presidente da Associação dos Docentes de Londrina. O Governador recebeu, conversou, nós ouvimos. O Governador, por mais de meia hora conversou com esses cidadãos que estiveram no Palácio Iguaçu, eu não me lembro bem o nome de um deles, trajado de preto, de barba, que disse ao Governador no final daquele encontro, que o que o Governador queria é justamente o que eles querem. E ontem Senhor Presidente, eu vi esses mesmos jovens que aqui estão incitando a galeria, provocando a galeria, jogando contra a Bancada do PMDB, contra a Bancada do PTB, digo a Bancada do PTB porque ontem tivemos o apoio do Deputado Erondy Silvério preocupado com as causas do Paraná, do Deputado José Alves preocupado com o Paraná, e hoje fomos procurados pelo Deputado Lindolfo Júnior, que quer também votar a favor porque as galerias estão vazias, e ele quer votar a favor hoje.

Então Senhor Presidente, eu devo dizer também que, além desse diálogo, nós temos mostrado a preocupação, não somente do ensino superior do Paraná, não somente com a fiscalização do ensino superior do Paraná, o que nós queremos é que milhares e milhares de estudantes do nosso Estado tenham, desde os primeiros anos, a educação; tenham, desde o início de sua formação, a escola, afinal de contas, nós não vivemos apenas do estudante universitário, do professor universitário. Nós vemos que há outras carências, que este é um País carente na área de saúde.

O Sr. José Afonso Júnior - Vossa Excelência me concede um aparte Deputado?

O SR. NESTOR BAPTISTA - Na sequência Deputado José Afonso Júnior.

Nós precisamos de segurança, porque a intranquilidade econômica tem gerado, a cada dia, mais insegurança neste país. Nós precisamos atender o Paraná como um todo. É um estado agrícola. É um estado que precisa, portanto, investir no agricultor, no pequeno agricultor, no médio agricultor. É um estado que tem que estar preocupado com seus mais de oito milhões de habitantes.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

pode haver o questionamento, bom, mas então a universidade não tem que ser discutida? Absolutamente. A universidade tem que ser, e muito, discutida, por isso é que estamos discutindo hoje, como fizemos ontem, e há mais de um mês aqui nesta Casa, porque a Casa não vive apenas do Plenário, da reunião de plenário Senhor Presidente, caso contrário teríamos que desativar as Comissões existentes aqui, que muitas vezes nos dão mais respaldo do que qualquer reunião Plenária. O plenário acaba sendo um espalhafato muitas vezes, acaba sendo a Casa de demagogia, como pudemos aqui observar ontem, acaba sendo a Casa da mentira, em muitas oportunidades, por oportunistas que ontem pisavam na cabeça do estudante. Eu ouvi ontem aqui o Deputado Rafael Greca falar, ligado a Briaola e a Jaime Lerner. O mesmo Jaime Lerner que não permitia a entrada do povo na Prefeitura Municipal. Acompanhamos uma vez ao lado do hoje Prefeito de Curitiba, Deputado Roberto Requião e do Deputado Paulo Furiatti, mais de 500 pessoas que estavam na beira do Rio Belém, as águas subindo e levando aquelas casas embora, com crianças, e a doença por ali proliferando. Ele não só não permitiu a entrada de uma comissão para conversar com o Prefeito como, com escárnio, um dos seus assessores disse que seria até bom que a água subisse mais porque aquelas casas e aquela pobreza seriam levadas, e evitaria um trabalho mais dispendioso para a Prefeitura do que trocar vaso de flor na cidade ou do que investir na sua propaganda pessoal, não só em Curitiba, no Paraná e no Brasil, até no exterior.

Falar aqui, Senhor Presidente, em Leonel Briaola, como disse o Deputado Greca, ele é um socialista maravilhoso, é um socialista espetacular, o Deputado Greca, era do PDS do passado, não por ser do PDS porque o PDS também tinha gente boa, como nós do PMDB hoje estamos inchados e recheados de gente má e despreparada para ter um mandato pelo próprio PMDB. Lá tinha gente boa, também. Agora, o Deputado Rafael Greca devia assumir a Tribuna para falar quando foi instalado o ensino gratuito no Paraná, também, para o 3º grau. Claro que não falou. Não tinha platéia e ele não podia faltar com a verdade. Ficou quieto, porque é fácil, mas é mentira, quando há platéia. Porque não subiu à tribuna para denunciar que houve a intervenção do BANERJ, que ele foi beneficiado pelo BANERJ também, porque o Senhor Jaime Lerner fez campanha com o dinheiro do BANERJ. E a intervenção do Banco Central constatou, Senhores Deputados, um bilhão e cem milhões de dólares, de furo no BANERJ. Um bilhão e cem milhões de dólares foi o furo deixado pelo Senhor Leonel Briaola.

E eu não vi Deputado Greca ir à tribuna, e se manifestar preocupado com o assalto praticado ao BANERJ, porque aqui, o seu Partido, os seus companheiros, os seus correligionários, se beneficiaram de uma só agência, do BANERJ, para fazer uma campanha inteira de prefeito, em 1985.

Isto não é crime; isto foi uma ajuda do BANERJ. Isto é uma gentileza do Banco do Rio de Janeiro; e gentileza não se recusa. Gentileza tem que ser bem usada. O interesse próprio em primeiro lugar, acima de tudo. E eu não ouvi esta manifestação.

Então, Senhor Presidente: nós tínhamos muitos argumentos, inclusive, para abordar a educação no Paraná, para falar do que está sendo feito no Paraná, desde o início o regime diferenciado, os maiores salários para os professores da rede estadual, são aqui do Estado do Paraná. A eleição para diretor teve o seu nascedouro aqui nesta Assembléia, numa proposta do Deputado Rubens Bueno, hoje ocupando uma Secretaria, mas nosso companheiro Deputado e aprovada pela Bancada do PMDB.

O Paraná está preocupado com a educação, em todos os níveis, e o ensino gratuito é o maior exemplo.

Esse ano, com as barbaridades cometidas pela escola particular, o Estado recebeu mais de 62 mil novas crianças na Escola; crianças que chegaram na escola, outras que os pais não puderam continuar pagando escola particular, porque se transformou numa verdadeira aberração, e o Estado está tentando atender.

Eu vou conceder o aparte a Vossa Excelência, Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Deputado Nestor Baptista. Tenho todo o respeito por Vossa Excelência, e tenho recebido da parte de Vossa Excelência o mesmo tratamento. Mas, algumas injustiças Vossa Excelência comete. Primeiro quando fala em promonciamentos demagógicos, generalizando de um certo modo, todos aqueles que se posicionaram ontem contra a mensagem governamental. Eu tenho a minha consciência muito tranqüila, de que subi à tribuna ontem e enfrentei o assunto, no seu aspecto técnico, sem ofender e sem procurar levantar galeria, de modo algum.

Em segundo lugar, nobre Deputado Nestor Baptista, Vossa Excelência falou em diálogo e na reunião da Comissão Educação. Realmente, houve diálogo na Comissão de Educação. Mas, as decisões tomadas na Comissão de Educação, não foram praticadas pela Assembléia Legislativa.

Uma das decisões tomadas naquela reunião foi a de se retirar o Regime de Urgência do Projeto. Não aconteceu. Outra, foi de se estabelecer uma Assembléia pública, para debate do assunto. Também,

não aconteceu.

Então, o diálogo realmente, ficou pela metade. Terceiro faço uma indagação a Vossa Excelência, porque não prestei bem atenção no exato momento. Vossa Excelência me chamou de Deputado polido. Eu agradeço e retribuo; mas Vossa Excelência parece-me que disse que o Reitor da Universidade Ponta Grossa não era polido. Foi isso que Vossa Excelência declarou ou não? Então o Reitor de Ponta Grossa é uma pessoa...

O SR. NESTOR BAPTISTA - Vossa Excelência pode terminar o aparte que eu respondo.

O Sr. Edmar Luiz Costa - ... Não, não. Eu gostaria de saber se foi isso que Vossa Excelência falou do Reitor porque daí eu terei condições de explicar um pouquinho quem é o Reitor, qual é o seu comportamento.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Deputado Edmar, eu conheço o Reitor e eu gostaria que Vossa Excelência terminasse o aparte eu vou responder. Por favor.

O SR. Edmar Luiz Costa - Eu só quero trazer um depoimento a esta Casa: O Professor João Lupsicy, eu conheço, há praticamente trinta anos ou mais, fizemos três anos ou mais, fizemos três anos de científico no Colégio Estadual Regente Feijó, pessoa humilde, vindo de família pobre, do interior do município de Prudentópolis, fez a vida estudando e trabalhando. Estudando à noite, com muita dificuldade e nunca ouvi dizer que o João Lupsicy o meu amigo João Lupsicy, ofendesse alguma pessoa. A não ser que ele tenha sido provocado, como foi provocado ontem neste Casa. Posso lhe assegurar que é uma pessoa honestíssima, humilde acima de tudo, porque ele sabe, perfeitamente, de onde ele veio e sabe da dificuldade que ele teve para estudar e ter o reconhecimento da comunidade Universitária de Ponta Grossa que o elegeu reitor.

Fica este registro apenas para se fazer justiça a quem merece.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Deputado Edmar, eu confesso que eu conheço em parte o Reitor da Universidade de Ponta Grossa, também estudei no Colégio Regente Feijó, e até ontem confesso também, que tinha a melhor das impressões. Mas, quando vejo um cidadão, como Vossa Excelência acabou de mencionar sentado naquela tribuna, incitando os alunos para agredir uma bancada toda, não agrediu só uma pessoa não, agrediu a Bancada inteira do PMDB e eu vi, ninguém me falou não, eu vi, como vieram alguns professores também que foram no meu

gabinete, que foram atendidos, que usaram o telefone, que tomaram o café, que sentaram, que descansaram, que conversaram, provocando também para vaiar, para agredir os Deputados do PMDB.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Eu acho que há um mal entendido...

O SR. NESTOR BAPTISTA - ...e isto me traz uma preocupação, e isto me traz uma preocupação, porque eu tenho dois filhos. Será que os professores dos meus filhos se comportarão dessa maneira?...

O Sr. Edmar Luiz Costa - Nobre Deputado me permite um aparte?

O SR. NESTOR BAPTISTA - Isto me traz uma angústia, Deputado Edmar, eu não vou lhe conceder um aparte agora, por gentileza. Isto me traz uma preocupação como trouxe à bancada do PMDB. Como é que um cidadão que foi ao Palácio, e foi atendido, que foi atendido pelos companheiros Deputados, ontem arremessava, lá em cima, todo tipo de objeto que passava por suas mãos? Traz-me uma preocupação, sinceramente. Eu quero conceder um aparte ao Deputado José Afonso Júnior.

O Sr. José Afonso Júnior - Deputado Nestor Baptista, Vossa Excelência com muita propriedade, com muita inteligência, usa desta tribuna e eu gostaria de colaborar. Gostaria de dizer a Vossa Excelência que, num momento tão importante, quando se discute a nova Carta Magna a ser aprovada pelos Constituintes desta Nação. Nós assistimos, no dia de ontem, com muita tristeza, um desrespeito às leis, um desrespeito às autoridades constituídas, um desrespeito a este Parlamento Estadual. E nós lamentamos por isso.

Lamentamos, porque nós entendemos que todas as reivindicações devem ser feitas de maneira cortês, de maneira educada, para que nós possamos, inclusive, atendê-las. Mas, como foi colocada no dia de ontem, tentando atingir a integridade física, a integridade moral, não apenas da Bancada do PMDB, mas, de todos os Partidos que compõe esta Casa de Leis, visto que os objetivos atirados ontem das galerias, atingem a todos que estavam aqui presentes. De maneira que eu que sempre pautei a minha vida com uma filosofia séria de respeitar as leis, me sinto entristecido e não poderia, sob hipótese de me omitir e dizer, nesta oportunidade que Vossa Excelência me concede este aparte, que querem rotular, que querem fazer com que o Parlamento se curve diante de pressões que nós entendemos e nós devemos os nossos votos não apenas à classe estudantil, nós deve-

mos os votos que nos trouxeram a esta Casa, a vários segmentos da sociedade brasileira e paranaense.

Agora ontem, Deputado, nós assistíamos que as galerias estavam compostas não apenas de estudantes, não apenas de professores e de reitores, mas as galerias estavam compostas de pessoas inclusive que eu pude identificar, peões de fazendas, agitadores, pessoas que não estavam nem ligadas à reivindicação, vieram preparadas, vieram articuladas, falava-se em autonomia universitária, quando eles não tinham autonomia de expressão, eram coordenados pela tribuna aqui do lado direito, eles coordenavam quem deveria falar, quem não deveria falar, quando deveriam virar de costas ao Parlamentar que estava usando a tribuna, um perfeito desrespeito a esta Casa de Leis. Não aceitarei, enquanto for Parlamentar Estadual, porque preso pelo bom senso, pela dignidade de todos os meus pares que compõem esta Casa que eu amo, que eu respeito e que me orgulho de ocupá-la porque o meu pai, antes da Revolução, já ocupou uma cadeira aqui e morreu no exercício de sua função e eu voltei porque Deus escreve certo por linhas tortas, para poder ocupar com dignidade, com responsabilidade esta cadeira que muito me orgulha.

Entristeço-me, porque sei que Vossa Excelência, como os demais pares, são pais de família, têm filhos e devem prestar contas das atitudes e da maneira que fizeram, tentaram rotular, tentaram colocar este Parlamento numa situação que nós não merecemos, esquecendo-se de vários projetos, de várias atuações que todos os Parlamentares têm dentro desta Casa.

Infelizmente aconteceu isto no dia de ontem, tenho certeza que este Parlamento, juntamente com o nosso ilustre Presidente Antônio Arnibelli, não mais haveremos de assistir a uma cena tão horrível, como a imprensa pode aqui constatar através desta sujeira toda que está aqui, um desrespeito total a este Parlamento que tanto prezo, que tanto respeito.

Muito obrigado.

O Sr. David Cheriegate - O Senhor me permite um aparte?

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente.

Antes de encerrar, concedo um breve aparte, ao Deputado David Cheriegate e farei o fecho do meu pronunciamento.

O Sr. David Cheriegate - Deputado Nestor Baptista, na sessão de ontem, nós tivemos a oportunidade de acompanhar diversos pronunciamentos realizados por vários Deputados que compõem a Assembleia Legislativa.

Agora nós destacamos um deles, que para nós talvez tenha sido o pronunciamento mais sério ocorrido na Sessão de ontem que foi do ilustre Deputado Caíto Quintanta, ex-Líder do PMDB nesta Casa.

Chamou-me a atenção em especial, as suas colocações, a maneira correta, a maneira séria que analisou este projeto e principalmente, quando o ex-Líder do PMDB nesta Casa, ao analisar as possíveis irregularidades ocorridas na Universidade Estadual de Londrina, disse e afirmou, durante o seu pronunciamento, que levava as acusações que têm sido feitas à Universidade de Londrina como simples indícios e ele esperava que esses simples indícios, não fossem comprovados na CPI.

Eu acredito que, neste momento, é necessário que nós tenhamos a cabeça no lugar, para que no Paraná, não se condene mais cidadãos sem o devido julgamento. Eu faço até um apelo ao nobre Deputado Nestor Baptista, Líder do Governo nesta Casa, pela influência, pela ligação que tem com o Governador Álvaro Dias, porque é muito sério o povo do Paraná, através da mídia eletrônica, tomar conhecimento de irregularidades que condenam prematuramente uma universidade, ou uma autoridade, um reitor de uma universidade. É necessário que, quando se acuse tenha-se as provas definitivas para comprovar essa condenação.

Nós colocamos esse aparte, nobre Deputado Nestor Baptista, porque nós queremos defender a liberdade de expressão, a liberdade dos cidadãos paranaenses. E para concluir, Deputado Nestor Baptista, gostaria de acrescentar que me surpreende, Deputado Nestor Baptista, nós que o admiramos pelo seu trabalho realizado já por três mandatos na Assembleia Legislativa, quando Vossa Excelência acusa Deputados da Oposição, ou até aqueles que participaram ontem das galerias da sessão de ontem, de conturbar o ambiente e de até provocar atos de vandalismo, ou até de acusações ou até, em termos gerais, de agressão porque eu não reconheço em Vossa Excelência, Deputado Nestor Baptista, a pessoa certa para acusar alguém de possíveis agressões, porque talvez o ato mais imoral que mais marcou esse mandato na Assembleia Legislativa foi a agressão física que Vossa Excelência praticou contra um dos mais ilustres jornalistas que cobrem esta Casa de Leis, que é o jornalista Leonis Rocha.

Portanto, eu deixo aqui o meu veemente apelo, Deputado para que Vossa Excelência não acuse ninguém porque não tem essa autoridade, e se alguém deu algum exemplo aos seus filhos foi exatamente Vossa Excelência quando acusou e quando agrediu covardemente um jornalista nesta Assembleia.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente,

eu pretendia encerrar o meu pronunciamento, mas eu vou ter que me ater um pouquinho, meu caro líder, ao aparte do Deputado David Cheriegate. Eu já disse aqui: eu sou jornalista, sou advogado, ocupo um terceiro mandato hoje e disse ontem, já disse há dias atrás, no Conselho de Ética, inclusive do Sindicato dos Jornalistas, o lamentável episódio que acabou me envolvendo com o jornalista, Leonis do Jornal "Indústria e Comércio" por algumas inverdades publicadas no seu jornal, não agora, ao longo de um ano talvez. Agora, imoralidade: o ato pode ser deplorável, é lamentável, mas imoralidade não. Aliás, eu desafio o Deputado David Cheriegate a comprovar na minha vida um ato imoral, um apenas que eu entrego o meu mandato, e não sei se Vossa Excelência pode fazer a mesma coisa porque Vossa Excelência confessou numa reunião pública nesta Casa que, quando trabalhava no DER, acompanhava as patifarias lá cometidas. Vossa Excelência tem uma carapuça muito grande para vestir - e a está vestindo. E quando eu falei de Deputados da Oposição, não me referi evidentemente a todos. Na nossa Bancada houve muita discussão, houve muita divergência; respeito o pronunciamento - por que não? do Deputado Edmar, do Deputado Losso que fez um pronunciamento respeitoso e correto ontem, do Deputado Basílio Zanusso que, também, se pronunciou.

Agora, pronunciamentos, se Vossa Excelência quer que eu nomine algum Deputado para provocar talvez alguma transgressão na Casa, ou para conturbar o ambiente, Vossa Excelência deveria ter feito ontem quando a Casa estava cheia. E eu não tenho telhado de vidro. Tenho uma agressão a um jornalista, que eu repito, lamentável, deplorável - por que não? -, mas não tenho telhado de vidro, e Vossa Excelência abra o olho porque tem, como o Deputado Greca tem, como o Deputado Pedro Tonelli, um mentiroso que está aqui, tem, um mentiroso, safado que aqui está...

(Tumulto no Plenário)

Eu estou com a palavra, Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, o Deputado está usando da palavra sem ter a palavra Pela Ordem.

(Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência, Deputado Rafael Greca merece respeito, só que ontem Vossa Excelência ajudou a desrespeitar esta Casa.

O SR. RAFAEL GRECA - De maneira nenhuma...

(Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está suspensa a Sessão por cinco minutos.

(Está reaberta a Sessão)

Esta Presidência faz um apelo aos Srs. Deputados, para que com serenidade possamos continuar a sessão, não atacando pessoalmente cada um, V.Exa. Deputado Nestor Baptista tem mais vinte minutos.

O SR. JOSÉ FELINTO - (Questão de Ordem)

Primeiramente quero me solidarizar com esta Presidência que tem sido democrática, ontem por todo o tempo, assistindo as galerias. Quero também me solidarizar com o Deputado Quielise Crisóstomo, porque fui testemunha, na Câmara Municipal - lamento que não esteja aqui; de um episódio como este provocado pelo Deputado Algaci Túlio, hoje, que naquela oportunidade apanhou do Vereador José Maria Correia e também do Vereador Ivan Ribas e ele tem muito tempo provocado alguns companheiros aqui desta Casa.

É lamentável este fato mas me solidarizo com V.Exa. pela sua paciência e pela maneira democrática e também com o Deputado Quielise Crisóstomo.

Obrigado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Questão de Ordem)

Eu solicitei a palavra, Sr. Presidente, para fazer um apelo a todos os integrantes desta Casa que este episódio seja simplesmente esquecido. Estamos discutindo questões de educação no Estado do Paraná. Eu acho que discutir sobre outros aspectos, ficaria um tanto deselegante, inconveniente e inoportuno para esta Casa de Leis. Portanto, é um apelo que faço a V.Exa. reforçando, aqui, no plenário, as palavras que V.Exa. há pouco proferiu. Eu acredito que este assunto deve ser, simplesmente esquecido.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Esta Presidência agradece a solicitação de V.Exa. por que reconhece em V.Exa., que tem toda a competência e merece o respeito de todos os presentes. Deputado Nestor Baptista com a palavra.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Sr. Presidente eu vou terminar meu pronunciamento até para que haja maior tranquilidade nos trabalhos da Casa. Eu tenho impressão que me conduzia dentro de um pronunciamento a respeito da educação, Deputado Losso, quando, em aparte, acabei sendo provocado. Mas, vou deixar, aqui, para encerrar o meu pronunciamento num desafio a esses Deputados que se julgam hoje atacados por mim,

para que encontrem qualquer nódoa na minha vida, Sr. Presidente, nódoa moral, não só como Deputado, não! Mas ao longo dos meus 39 anos de idade. Faço um desafio! E quando faço acusação aqui, comprovo, Sr. Presidente. Conheço a marca do cigarro que muita gente fuma aqui, o pó que usa é de leite Ninho. E, por isso, tem gente aborrecida com o meu pronunciamento.

E, este Parlamento, Sr. Presidente, tem que se resgatar quando vai acabar com as mentiras que têm ocorrido. Dizer que recebe demais, mas que não recebe, quando o próprio jornal "O Estado do Paraná" de ontem divulga as verbas que são recebidas por determinados cidadãos.

O problema, aqui, de Liderança, que eu imploro, imploro, Sr. Presidente, à Mesa Executiva desta Casa que acabemos com a liderança de um Deputado só, aqui. Porque enquanto a Liderança do PMDB tem 37 Deputados, liderança de um Deputado só tem o mesmo número de funcionários. Esses são, sim, os verdadeiros marajás aqui da Casa. Claro que temos Deputados que fazem jus, sim, a essa assessoria. Mas, repito: tem Deputado que não merece ter! E, por isso, Sr. Presidente, eu vou voltar a discutir o assunto da educação na próxima semana, deixando esse desafio a qualquer Deputado da Casa para investigar a minha vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra ao 3º orador inscrito, Deputado Erondy Silvério, por cessão de tempo do Deputado Caíto Quintana.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados.

Realmente, não hoje, mas ontem, ocorreram fatos lamentáveis nesta Casa de Leis. Fatos que nunca presenciei na minha longa vida Parlamentar. Onde, integrantes desse poder, foram os maiores, os maiores responsáveis por esse espetáculo tristíssimo que nós estamos presenciando em continuidade na manhã de hoje, a Casa semi-destruída. Mas estes jovens que voltavam as costas ontem aos homens do PMDB, que lhes deram o 3º grau gratuitamente, eles não são culpados. É o ardor, o entusiasmo da juventude sendo usado, criminosamente, por pessoas que têm interesses escusos na autonomia financeira das universidades paranaenses.

Nós vimos aqui o nobre Deputado Pedro Tonelli ameaçando a Casa, dizendo que os seus companheiros iriam publicar um livro, gravar em bronze o nome dos Deputados que votassem favoravelmente à Mensagem do Governador.

O SR. PEDRO TONELLI - Isso não é verdade, nobre Deputado. Não foi o Pedro Tonel-

li quem falou.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu gostaria que V.Exa. guardasse os conceitos que faz a meu respeito para quando estiver na tribuna. Eu não estou agredindo V.Exa. Eu estou dizendo que V.Exa., ontem, procurou até justificar os possíveis atos de corrupção cometidos, não sei se em Londrina, não sei se em Maringá, não sei se em Ponta Grossa, porque eu não gosto de acusar sem provas. Mas, V.Exa. justificava da maneira mais cândida do mundo, aliás, da maneira como fazem os esquerdistas, da maneira como fazem os agitadores, os radicais. V.Exa. jogou a responsabilidade desses atos de corrupção às multinacionais, ao sentimento de religiosidade do povo. É só V.Exa. consultar as notas taquigráficas e V.Exa. vai ver a tremenda mancada que deu.

O nobre Deputado Rafael Greca, que foi aquinhado por Deus porque neste universo, nós temos lamentavelmente, pessoas brancas, pessoas que têm bloqueio mental, pessoas que têm um QI baixíssimo. E temos grandes cientistas, como Von Braun, como Einstein, em todos os setores das atividades humanas nós sempre verificamos com admiração os homens que se destacam, os expoentes de cada atividade da vida humana. E Deus deu ao Deputado Rafael Greca uma inteligência extraordinária, ao lado de um caráter excelente. Eu não formo ao lado daqueles que querem culpá-lo por atos de corrupção ocorridos na Prefeitura, durante o Governo Jaime Lerner, porque ele é um moço puro. Eu o conheço desde menino, conheço seus pais, seus avós. Não vou ao cúmulo de dizer que os ossos dos seus avós, dos seus antepassados, são sagrados, que a Bancada do PMDB estava violentando a memória dos ossos dos seus antepassados. Não chego a este cúmulo. Mas eu conheci e conheço muito bem este jovem, este menino. Mas, ontem ele excedeu-se. Ontem ele fez teatro, nesta Casa. Ele chegou a investir contra os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado chamando-os de "perdigueiros". Ele disse que a mesa do governador é com baixelas de prata e que tinha lavanda, mas não era para o Governador beber a lavanda, era para lavar as mãos. Tudo num teatro para a platéia. E isso, naturalmente, agulou este é o termo, agulou os ânimos, exaltaram-se os ânimos. Todos nós éramos bandidos. E eles, os heróis, os mocinhos bonitos. Eu em lembro dos gestos desvairados do Deputado Rafael Greca. Eu até gostaria de engessar o seu braço, ontem. Porque inteligência ele tem, não dá para engessar sua inteligência. Mas, os seus gestos, eu gostaria que fossem engessados, para que se devolvesse o respeito ao Poder Legislativo.

E o nobre Deputado Algaci Túlio, que

portou-se como um cão policial, ontem, nesta Casa. Porque ele estava policiando o voto do meu companheiro de Partido, Deputado Lindolfo Júnior, que não vai votar hoje a favor da Mensagem porque ele tem caráter.

Ontem ele votou contra por uma questão de convicção. Ele portou-se de uma maneira digna, fez um discurso brilhante, com embasamento extraordinário. Entretanto, numa Questão de Ordem, o nobre Deputado Algaci Túlio levanta e diz: "Eu quero saber se na hora de votar o senhor vai confirmar o seu voto". Quer dizer, então aqui já cabe, também, os cães policiais, ao lado dos "perdigueiros". Que indevidamente procuram fiscalizar o voto de cada integrante desta Casa, como se aqui não existissem homens responsáveis, representantes de segmentos da população do Paraná. E com autonomia própria de pensamento e de voto. Porque na hora de votar o certo, eu não me incomodo com a platéia. Eu não preciso de platéia. E ainda o nobre Deputado Algaci Túlio, que agora está presente, que disse que eu estava nervoso porque o Prefeito Roberto Requião está tomando os ônibus dos empresários.

Nobre Deputado, eu não me incomodo com estas coisas. Eu só aprendi a trabalhar nisso em toda a minha vida, e o fiz com dignidade e com honradez. Todos os Prefeitos que chegaram à Prefeitura de Curitiba, chegaram prevenidos contra o Deputado Brondy Silvério. E saíram meus amigos. E prova disto está aqui o Deputado Rafael Greca que sabe o conceito que eu gozei, gozava e gozei sempre dentro de Prefeitura. Porque eu nunca misturei o meu trabalho com a condição de representante do povo. Nós não temos culpa se o Prefeito Roberto Requião é destemperado. Ele pode até estar certo na sua cruzada pela moralização do transporte coletivo. Agora, não é por causa disso eu só protestei, porque V.Exa., foi daqueles, que agularam a Juventude que aqui estava, contra a integridade deste Poder.

E porque é que o PTB, na pessoa dos Deputados Brondy Silvério e José Alves, votaram favoravelmente à Mensagem.

Nem eu, muito menos o Deputado José Alves, recebemos qualquer solicitação do Governo do Estado. Nem da Liderança do Governo, e nem da Liderança do PMDB, nesta Casa.

Mas há um instante na vida do político, principalmente, do Deputado, do Vereador, do homem que representa realmente o povo que ele não pode ser demagogo, nem covarde.

É o instante da verdade, é o instante que ele tem que pensar no universo, da administração, e não setorialmente.

Ontem, eu ouvia o Deputado Rafael Gre-

ca, emocionado e teatralmente, dizer, "eu vos suplico Srs. Deputados, eu vos suplico, pelas universidades".

Mas, naquela mesma hora eu pensei, nas escolas, que bem falou o Deputado Caíto Quintana, que fez um pronunciamento magistral nesta Casa.

É o ensino de 2º grau, está lá a Deputada Vera, o sacrifício de Giaciba. Qual é o sacrifício de Giaciba, Deputada Vera?

São 95Km. para o 2º grau. E porque é que nós levamos o 2º grau lá? Porque as Universidades do Paraná, têm o maior custo por aluno do Brasil. Esta verdade ninguém falou aqui nesta Casa.

Naquele instante eu pensei, foi nos alunos de Giaciba, foi nos alunos de Serra Morena, lá de perto de Uraí, os alunos que bem falou o Deputado Caíto Quintana, que nós temos que pensar é no universo da administração.

Eu pensei nas creches, nos estabelecimentos hospitalares, pensei, também até nos presídios. Eu pensei nos asilos, na Segurança Pública, que tanto fala o Deputado Algaci Túlio, reclamando que não existem viaturas, em número suficiente para assegurar a proteção à população. Que não há combustível. Eu pensei no funcionalismo sofrido, nos aposentados, nas nossas estradas vicinais, que levam a produção do portão da fazenda para o posto de consumo, a fim de evitar que ela apodreça, na porteira de cada fazenda. E essas estradas vicinais, são de responsabilidade do Governo do Estado.

Eu pensei nos auxílios aos municípios, eu me lembrei daquele prefeito que esteve aqui esta semana; se não me engano, é de Bela Vista da Aparecida, para entregar as chaves da Prefeitura, e demitir 220 funcionários, porque está à míngua; eu também pensei nele, pensei no Poder Judiciário, na miséria que ganham os Juizes, principalmente, os Juizes substitutos, aqueles que distribuem a Justiça, que são os homens, que se constituem na última esperança, daquele que é sofrido, perseguido, humilhado. Eu pensei no próprio Poder Legislativo, no funcionalismo desta Casa, eu pensei no Tribunal de Contas. Enfim, repito, é preciso aproveitar também, os homens do PT, Deputado Pedro Tonelli, aproveitar esse entusiasmo, desse ardor do jovem, que ele é facilmente manobrável, ele é tangível nessa idade da verdade.

Essas escolas superiores se insurgem contra a criação de um Conselho de Universidades. É só isso que diz a mensagem, meus Deus do Céu!

O Deputado Caíto Quintana, repito, foi de uma clareza meridiana. Isto é só uma questão de orçamento. Orçamento para o ano de 1989. Por igual o de 1988, não vejo nenhum prejuízo aos alunos, aos professores,

aos reitores, ao funcionamento das universidades. Mas, ele se insurgem.

Mobilizam professores e alunos.

Eu acho que essa postura, até do lado pessoal, é compreensível.

Todavia, as causas polêmicas devem ser discutidas aberta e democraticamente. Cada lado expondo suas idéias e suas teses. É assim nas sociedades civilizadas que se resolvem as grandes pendências.

Então, nós não aceitamos Senhor Presidente e Senhores Deputados, meu caro Deputado Rafael Greca, nobre Deputado Algaci Túlio, nobre Deputado Pedro Tonelli, não aceitamos. Não aceitamos a coação moral que observamos no recinto deste Poder ontem, onde grupos radicais forçavam o Plenário a rejeitar a mensagem governamental, inclusive com essas ameaças de nos exporem à execração pública.

Eu achei uma estranha postura ontem, dos professores que orientavam aqueles jovens a voltar as costas, não só à Mesa da Assembleia Legislativa que é Augusta, que representa o poder do povo, mas, aos Deputados do PMDB que defendiam uma causa justa e o próprio povo que estava ali.

Eu não entendo esta postura, sinceramente, porque esta postura nega os princípios da democracia que é a convivência das pessoas que pensam de maneira diferente.

Eu ontem, queria falar estas mesmas palavras na presença desses jovens, mas o ambiente era tão tumultuado que essas palavras não encontrariam eco. Estou falando, hoje, lamentando os acontecimentos.

Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, o Partido Trabalhista Brasileiro teve uma ausência, Deputado Antonio Setti, que não sei como votaria. Deputado Lindolfo Júnior, numa atitude corajosa e firme veio à tribuna, disse que votaria contra a mensagem, votou contra a mensagem. Hoje tem gente dizendo que ele vai mudar o voto. Não há nenhuma ironia nisso. Mas, nós votamos favoravelmente, eu e o Deputado José Alves por diversas razões. Primeiro, aquilo que eu já disse, o Deputado não pode ser covarde, não pode ser demagogo. Deve pensar no Universo da administração pública e não setorialmente. Segundo, eu continuo até aqui a confiar na honorabilidade pessoal do Governador Álvaro Dias. É uma das esperanças deste País. Não tenho procuração, não pedi favor pessoal nenhum a Sua Excelência, não tenho, o Partido Trabalhista Brasileiro não indicou ninguém para a administração, mas tem um dever com o povo. E o nosso dever maior é apoiar aqueles que não lavam as mãos nas lavandas e nem comem em baixelas de prata. E gostaria que o Deputado Rafael Greca fosse convidado um dia para almoçar no Palácio para ver como é frugalíssima a re-

feição lá. Almocei uma vez, até de carona porque eram convidados os prefeitos e eu estava lá com o Prefeito de Ivaí, a Deputada Vera Agibert estava com os prefeitos da região dela, tanto que ficou feio para o Governador não dizer: Não, venha o Erondy também. Também comi lá. Frugalíssimo. Aliás uma porcária a comida. Serviram até gasosa e água mineral. Nem bebida alcoólica tinha. Então, não tem lavanda e nem baixela de prata.

Agora, nós continuamos acreditando neste Governador. Até aqui ele tem sido sério no trato da coisa pública. Por isso votamos nisto aí.

A outra razão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é porque acredito que a autonomia das Universidades deva ser pedagógica e administrativa, sem exceder ao orçamento próprio. Não vou entrar no mérito de passagens para o exterior, de perfumes... não vou entrar no mérito. Não sei se é verdade. Mas acho que os orçamentos das Universidades não podem exceder a um orçamento próprio. Porque todos os que manuseiam verbas públicas têm limites e especificações para seus gastos.

Assim é a atitude da Mesa do Poder Legislativo, manuseiam verbas públicas, mas vemos critérios no gasto destas verbas. Todos têm que ter especificações. Os controles exercidos pelos "perdigueiros" do Tribunal de Contas não humilham ninguém porque eles são os homens que, de acordo com a Lei, têm a responsabilidade de manusear as contas públicas e verificar a sua exatidão. Isto não humilha ninguém. Não vejo porque.

Em quarto lugar, Senhor Presidente, eu tenho lido acusações de que teriam sido encontradas sérias irregularidades na administração, principalmente da UEL. Não vou dizer que não acredito, nem vou dizer que são verdadeiras as acusações. Vou esperar para ver. Mas acho que, quanto maior o controle de verbas públicas, é também, maior a satisfação do contribuinte, ao ver seu dinheiro bem empregado. Não podemos esquecer que a comunidade das universidades estaduais antes dos professores que aqui estavam, antes daqueles alunos, antes dos Deputados que fizeram teatro para a platéia flamejante que aí estava, antes dos Deputados que têm interesse político dentro destas universidades, antes de tudo isto, pertence à comunidade do Paraná. Cada vez que um miserável compra um quilo de feijão, ou arroz, que tanto falou ontem o Deputado Rafael Greca, está embutido no preço deste arroz 17%; está embutido no preço do feijão 17%. Então este dinheiro do miserável que coma ou não coma arroz, o dinheiro é dele. Não pertence aos Reitores, aos alunos, aos professores, a ninguém. Estas universidades são da coletivi-

da de paranaense. E quem é que representa a coletividade do Paraná com quase dois milhões de votos? É o Governador Álvaro Dias. Ele incorrerá em crime de responsabilidade perante esta Casa, perante a memória do povo, se ele permitir os abusos com o dinheiro do contribuinte.

Por estas razões votamos favoravelmente e votaremos sempre que aqui aportarem mensagens que correspondam aos legítimos anseios do interesse do povo do Paraná, sem nenhum interesse pessoal. Não temos ninguém para indicar o Governo, estamos vendo o PMDB cair aos pedaços, não queremos cair junto. Somos um partido, temos identidade própria. Esperamos levar o nosso partido até o fim do nosso mandato com esta identidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Requerimento da Deputada Vera Agibert, constante do expediente, que requer, após ouvido o Plenário, na base do Artigo 3º da Resolução 327/77, a prorrogação da presente sessão, por mais 2 horas e 30 minutos.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento do Líder do PMDB, Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, que requer o encerramento de Discussão do Projeto 74/88, com fundamento no disposto do Inciso 2º, Parágrafo 1º, do Artigo 156 do Regimento Interno, que diz que três oradores terem usado da palavra, em 2.ª Discussão, é passível de encerramento de discussão.

Em votação o requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Com os votos contrários deste Deputado, Deputado Rafael Greca, David Cheriegate, Pedro Tonelli, Lindolfo Júnior, Deputado Alexandre Ceranto. É o que eu queria informar.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência mandará anotar o voto contrário de Vossas Excelências.

De acordo com o encerramento da discussão, passamos à votação.

Para encaminhar o Projeto 74/88, com Substitutivo Geral da Comissão de Justiça, e para encaminhar, de acordo com as inscrições que se encontram sobre a Mesa, concedo a palavra, por 10 minutos ao 1º orador inscrito, Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados: Inicialmente, para dizer que votei favoravelmente ao Requerimento para o encerramento da discussão, porque acredito que o

assunto já está suficientemente debatido. Durante o dia de ontem, pudemos ouvir, durante horas seguidas, aspectos os mais diferentes em torno da questão, e hoje foram repetidos muitos daqueles conceitos.

Eu acho que cada um já criou a sua consciência a respeito da matéria que está em discussão, e em encaminhamento de Votação, poderão ser lembrados, rapidamente os fatos mais importantes que foram ressaltados, durante a sessão de ontem e mesmo a sessão de hoje.

Quero antes de entrar no assunto, especificamente, dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que acompanho desde 1962 o trabalho desta Assembleia Legislativa, inicialmente colaborando com o então, Deputado Igo Losso, depois como Vereador de Curitiba, e Deputado Estadual desde 1975.

Confesso, assim como disse o Deputado Erondy Silvério, jamais assisti manifestação semelhante à ocorrida ontem, cujos resultados ainda ressoam em nossa memória e, também, neste Plenário, com tantos resíduos espalhados. O episódio de ontem, em que moços e moças, orquestrados ou não, se manifestaram de diferentes maneiras, levam-nos a profundas reflexões individuais, notadamente nesta fase pré-Constituinte. Assim como disse o Deputado José Afonso Júnior, acredito que não foi só a Bancada do PMDB afetada, em sua imagem, mas toda esta Casa, embora a brilhante atuação do Deputado Antônio Annibelli, presidindo a sessão, que deu demonstrações variadas do seu espírito democrático. Sem dúvida, Senhores Deputados, podemos melhorar sensivelmente as condições de trabalho nesta Casa, se adotarmos um maior diálogo entre as representações partidárias, quanto a critérios de encaminhamentos para discussões de temas, até mesmo as matérias poderão ser reavaliadas, poderá ser encontrado um consenso por entendimentos, de tal maneira que sejam contemplados os interesses maiores da sociedade.

Temo que se não cultivarmos desde já este processo de entendimento, difícil será Senhor Presidente e Senhores Deputados a geração da nova Constituição Estadual que brevemente nos ocupará.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, nesta fase de encaminhamento de votação em 2.ª Discussão deste Projeto, reafirmo que a posição do Partido Liberal, em assegurar às universidades as conquistas obtidas a nível nacional em 1968 e em 1969, a nível estadual.

Devo lembrar que o projeto de lei de 1969 foi aprovado por esta Casa, com os votos favoráveis do então Movimento Democrático Brasileiro, numa proposta apresentada por um governo da então Aliança Renovadora Nacional, A ARENA. O mérito,

entretanto, não foi da ARENA, não foi do Governo do Estado, foi de todos nós, foi desta Casa, assim como a eleição dos reitores, não é mérito que cabe exclusivamente ao PMDB, mas cabe a esta Casa, Eu votei favoravelmente, as outras bancadas votaram favoravelmente também.

Esta Casa, por uma proposta do PMDB, sim, de um Governo do PMDB, proporcionou novas diretrizes, firmes diretrizes em torno da questão. Notem o que nós aprovamos em 1983, que consta da emenda Constitucional n° 20, e que está em vigor, não houve alteração nenhuma.

E chamo a atenção dos prezados juristas desta Casa, a respeito deste assunto. Notem o que diz a Constituição Estadual: "Que o Governo assegurará estabelecimento às instituições do ensino superior mantidas pelo Estado, de autonomia didática, científica, disciplinar, administrativa e financeira, exercida na forma da lei e de seus Estatutos".

Notem o que vem a seguir e é a grande inovação que foi introduzida, "promovendo a democratização do ensino através do reconhecimento e garantia aos professores, funcionários e alunos, do direito de livre organização e a participação na gestão das instituições nos termos da lei".

Observe-se que a Constituição Estadual definiu com clareza meridiana a questão, chegando até a dispor sobre a gestão das universidades. Tanto a lei como os estatutos, portanto, devem respeitar tais normas que são maiores.

A criação de um colegiado pode perfeitamente ser interpretada como uma interferência na gestão, que é assegurada pela autonomia aprovada no texto Constitucional às próprias universidades. Respeito as posições dos nobres Pares quando analisam aspectos econômicos relacionados com a matéria, que os levaram a votar favoravelmente a proposição. Respeito, também, os pareceres de colegas graduados em direito ou não, a respeito desses aspectos jurídicos. Fico, entretanto, com as conclusões jurídicas de que o projeto e a emenda substitutiva como estão postos, ferem princípios da Constituição do Estado do Paraná. E como jurista, preocupado com a aplicação do direito nesta questão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, manterei o meu voto contrário, independentemente dos méritos defendidos pelos eminentes oradores que me antecederam, todos eles, repito mais uma vez, respeitados.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Basílio Zanusso.

Ausente)

Estando ausente, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio. Declina.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério. Declina.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

Vossa Excelência tem 10 minutos.

O SR. RAFAEL GRECA - Excelentíssimo Senhor

Presidente da Egrégia Assembléia que tanto prezamos e respeitamos. Senhores membros da Mesa, nós concordamos com o Deputado Erondy Silvério, da Augusta Mesa desta Casa. Nobres Deputados da Bancada do PMDB, nobres Deputados das oposições. Eu não falo para as platêias, penso que a platéia melhor virá na Justiça de Deus e na voz da história. Eu também não quero fazer teatro, penso em tentar convencê-los muitas vezes, porque não os temo, exatamente porque os prezo, não os temo, exatamente porque vejo em cada um de vós os representantes do povo, que podem realizar a máxima universitária de "Reneé Descartes ou Renato Cartezios, em latim, ou Decartes, em Português", aquela máxima que diz: que quem pensa, existe. Eu tento, às vezes, forçar a vossa opinião, para que pensem além do partido do poder e além do poder, e para que existam, existam individualmente e como Parlamentares.

Nos manda o Senhor Secretário de Ensino Superior do Estado do Paraná, o tutor do ravante das Universidades do Estado, depois do Governador, é claro, do chefe da Casa Civil, do Secretário de Estado do Planejamento e do Secretário de Estado da Administração, nos manda este egrégio tutor, queira a Deus que saiba ser mestre, queira a Deus que saiba exercer o seu magistério, um documento onde advoga a não criação dos cursos de Medicina e de Odontologia, na cidade de Maringá. Neste mesmo documento, onde ele fala que o índice de médico por habitante no Paraná já é elevado, usando argumentação corporativista de defesa de mercado de trabalho. Nós vemos uma realidade pungente, que é o retrato do Brasil, talvez Senhor Presidente, o retrato do Brasil seja mais sujo do que o "carpet hoje manchado das bolachas, dos bombons, dos pedacinhos de papel, das poucas moedas e poucos cruzeiros", que jogaram os miseráveis estudantes que ontem aí estavam, e que não foram por mim instrumentados, porque os conheci depois.

No entanto, o retrato do Brasil é este, dados de 1985, um médico para cada dois mil habitantes.

Quarenta milhões de desnutridos; doze milhões de esquistossomáticos; dez milhões de chagásicos; doze milhões expostos à malária; e ainda, tuberculosos, leishmaniosos, infectados de cisticercose, paralisia infantil, de dengue e de outras doenças tropicais.

Talvez fosse demais pedir-vos que an-

dassem até a casa dos pobres de São João Batista para encontrar as vossas bases eleitorais ao tempo de sua aposentadoria rural. Eles vêm do interior, eles vêm das prefeituras e nas kombis, eles vêm com o meio salário-mínimo da sua aposentadoria, e eles vêm se tratar nos hospitais universitários, no hospital de caridade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, no Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Paraná, no Hospital Evangélico da Universidade da mesma denominação religiosa.

E vêm por quê? Vêm porque nas cidades ditas pólo do Paraná não há hospitais universitários, a não ser em Londrina. Vêm por que o interior está condenado a ser interior, esse interior das preocupações do Deputado Erondy Silvério que nos é Oposição agradável, porque é sempre sereno. De repente Sr. Presidente, Srs. Deputados, a visita aos espaços aonde o miserável tem abrigo talvez seja mais elucidativa, e talvez nos cause mais indignação do que esta meia dúzia de restos da emoção de ontem, e do que a explosão da indignação dos moços ontem por verem a Constituição do Estado legitimamente votada, votada por muitos dos Senhores em 1983, hoje desrespeitada.

A universidade depois do PMDB ganhou a eleição para reitor, mas a universidade depois do plano cruzado e no novo PMDB ganhou o tutor do tutor do reitor, eis aí, está na Mensagem. A letra do Deputado Ezequias Losso e a sua palavra autorizada recentemente mostraram como se fere a autonomia das universidades e como se fere a constituição do Estado. Diz o Governo que não se pode de repente criar mais cursos porque se vai gerar mais despesas.

Isto dá muita responsabilidade para esta Casa, mesmo porque na capa do jornal "O Estado do Paraná" de hoje, há um jovem vestido de palhaço com um cartaz dizendo: "Srs. Deputados, a universidade não é circo e os moços não são palhaços". E o cartaz como na vez do salário não diz: "Sr. Governador...", o cartaz diz: "Srs. Deputados..." Peço-vos, pois, que pensem e que existam; peço-vos, pois, que pensem na dignidade deste Poder. Ela vai além do respeito de voltarmos para a bandeira que está no pódio, sobre a mesa. Ela vai além, porque ela pede o respeito para o Cristo e para a bandeira que vão no coração e na mente de cada um dos brasileiros.

Eu vos respeito e por isso não vos temo. Eu vos respeito e por isso eu permanecerei com todos os dotes que me conferiu a formação que tive, privilegiada, discutível ou não, aqui nesta tribuna, exercendo a minha consciência em plenitude. Eu vos respeito e respeito o Paraná e por isso não vos temo. E mais, eu quero ainda contar uma parábola para depois dar o aparte

ao Deputado Caíto Quintana.

É a parábola que por acaso contei no dia da minha formatura quando a Polícia Federal mandava também os seus perdigueiros, Deputado Erondy Silvério; talvez eu deva aqui desculpas ao Egrégio Tribunal de Contas, aos funcionários que prescrevem as contas públicas, no sentido de chamá-los de perdigueiros; não os chamava de cachorros, senão de pessoas que têm faro. E também, do meu texto se depreenderá que eu elogiava o faro de se perseguirem os erros com os dinheiros públicos, mas, dizia que ao mesmo tempo ter faro e perseguir erros com dinheiro público, não fere o princípio maior da autonomia das universidades, que entendeu a maioria dos Deputados, deve a Assembleia ferir. Enfim, quero contar a minha parábola dos meus tempos de menino.

Ela vem de um livro chinês, dos tempos em que a China, eu não conhecia, mas, ela ainda vale. Ela fala de um homem que tinha na frente do seu arrozal, uma montanha e que resolveu derrubar essa montanha, com as próprias mãos, com golpes de picareta. E que se pôs a derrubar a montanha.

Cada dia ele suava, suava o seu rosto derrubando a montanha, removendo as pedras e tentando tornar a montanha menor. Os mandarins passavam nos seus palanquins deitados nos colchões de seda, instalados nos seus privilégios, refogados pelas benesses do poder, que vinha da cidade proibida, do palácio onde o imperador não via a realidade, e diziam ao camponês: "Por que você quer derrubar a montanha? Por que você quer derrubar a montanha? Você não vê que a tua vida inteira, você vai dedicar a este trabalho insano e você não vai conseguir derrubar esta montanha."

E o velho chinês, Iocongue era o seu nome, respondeu cheio do orgulho, do orgulho dos que têm respeito e não têm medo. E dos que respeitam, e por isso não temem.

"- Esta montanha já não pode mais crescer. A cada dia que passa, ela fica menor. E um dia, eu terei o caminho direto da minha casa até os amplos horizontes do mar, e removerei esta montanha da minha frente".

Assim, Srs. Deputados, é a luta do espírito do homem contra a montanha, que os mesquinhos, que os miseráveis ...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Amibelli) Esta Presidência lhe concede mais três minutos.

O SR. RAFAEL GRECA - ... que os interesses criados, que o egoísmo, que a miopia dos poderosos colocam no caminho de cada geração. Assim, é a luta do espírito do homem contra esta montanha, que um dia se

chamou ARENA, no outro, se fez PDS, no 3º se fez Nova República, e no 4º é o PMDB de depois do Plano Cruzado, e outro dia, não sei que nome terá.

Eu teria todas as facilidades para servir ao Poder. Na corte com certeza ficaria bem, porque fui bem educado. No entanto, eu prefiro o outro lado, e nele estou muito à vontade. E porque eu vos respeito, e não vos temo, eu reafirmo a minha posição pela autonomia das universidades por uma universidade forte em cada cidade importante do Paraná; e porque eu vos respeito, e porque eu não vos temo, eu reafirmo a minha posição, da descentralização dos serviços saindo de Curitiba, a partir de todas as cidades do Paraná, para ampliar os horizontes. E reafirmo a minha posição de cobrança do Governador, de planos de Governo, de planos de futuro, de projetos de esperança, de um projeto de Paraná, porque o Brasil que temos, o Paraná que temos, não é nem o Brasil que merecemos, tão pouco, o Paraná que merecemos.

Tem o Deputado Caíto Quintana, o aparte.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado, eu não havia percebido ter encerrado o horário de discussão da matéria, porque eu havia saído do plenário, V.Exa. dando o encaminhamento onde não cabe aparte; eu agradeço a gentileza do ilustre Orador, e declino do aparte.

O SR. RAFAEL GRECA - Muito obrigado, Sr. Presidente pela sua consideração, e eu lhe devo uma explicação: ontem eu só fiquei mais próximo dos estudantes, porque os conduzi até fora da Assembleia, e os seguranças da Casa são testemunhos para que ninguém se machucasse, para que nada fosse quebrado.

E me parece, além do serviço de varredores, a Assembleia está intacta.

Mas, mais importante do que isto, vos alerto, é preciso que a Assembleia que reside em nós, inclusive em nós que somos a Oposição, que às vezes, contraria o Poder, permaneça intacta.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência agradece a maneira gentil com que V.Exa. se dirige à Presidência, agradece o acompanhamento aos Srs. estudantes que saíram intactos e V.Exa. pode ter certeza que, enquanto eu estiver na Presidência, todos os Deputados terão os mesmos direitos e esta Assembleia jamais será violada por qualquer membro deste Poder.

Concedo a palavra ao Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presiden-

te, apenas para declarar o meu voto. Como ontem, votei contrário à mensagem governamental e ao substitutivo. Estou mais do que nunca convencido das razões que me levaram a tomar esta posição. E quero deixar bem claro: desde que cheguei a esta Casa, em 1983, jamais me preocupei com platéia e todos os pronunciamentos que realizei na minha vida parlamentar, aqui, jamais visaram a platéia, inclusive o de ontem que eu tenho certeza, foi sóbrio e equilibrado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra ao próximo Orador inscrito, Deputado Lindolfo Júnior. V.Exa., tem dez minutos para encaminhar a votação.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente,

Sras e Srs. Deputados, nobre Líder da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, Erondy Silvério, V.Exa. tem o dom da palavra, é um homem politicamente experientado e entendeu, perfeitamente, o nosso posicionamento com relação ao aspecto constitucional da matéria que ora encaminhamos.

Vale a pena lembrar que no dia 22 de abril do ano passado defendemos nesta Casa, ao lado dos Senhores Parlamentares, do Secretário de Estado Belmiro, do Secretário de Estado Ascêncio, do Secretário de Estado Magalhães, e naquela oportunidade expedíamos um documento que garantia a autonomia universitária. Fomos derrotados, ontem, em primeira votação, por certo hoje a matéria não vai passar ou passará.

Ainda em 1982 fomos para a Câmara Municipal de Maringá e lá, de nossa autoria, apresentamos inúmeros requerimentos. Constituímos várias Comissões ao lado do Deputado José Alves, que conosco naquela oportunidade, integrava a Bancada do PDS. E lutamos com unhas e dentes pela criação dos cursos de Medicina e Odontologia. Para atendermos não somente a cidade de Maringá, mas também para atendermos a terra do Deputado Dirceu Manfrinato, que já conta com uma extensão da Universidade Estadual de Maringá, para atendermos a Cidade de Umuarama, a região de Paranavaí, do Noroeste, enfim, para que os estudantes não precisassem se deslocar, aqueles que evidentemente tinham a vocação de trilhar, de cursar Odontologia, Medicina em outros rincões.

Votamos quanto ao aspecto constitucional, e hoje o ilustre companheiro do PMDB nos diz que o Governador Álvaro Dias foi pressionado, e que se o governador receber este Deputado que votou contra a mensagem ontem ninguém mais da Bancada do PMDB pisará no Palácio.

O Governador Álvaro Dias quer nosso voto favorável. Vossa Excelência Deputado, ilustre líder do PTB, Erondy Silvério, tem a razão. O nosso Partido tem uma face, um rosto, uma identidade própria, e um outro Deputado da região do Sudoeste me falava agora há pouco: "de que adianta, Deputado Lindolfo, Vossa Excelência ter lutado tanto para a criação dos cursos de Medicina e Odontologia..."

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Pela Ordem, com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Gostaria que garantisse o meu tempo, Excelência. Por favor.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Vossa Excelência terá garantido o seu tempo.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, não é verdade as afirmações do Deputado que ocupa a tribuna. Ontem, nesta mesma tribuna, o ilustre Deputado disse que votaria com o Governador Álvaro Dias, enquanto ele estivesse certo. Deu a entender que o Governador Álvaro Dias não estava certo e votou contra o Governador Álvaro Dias. O Governador Álvaro Dias não precisa do seu voto, ilustre Deputado. E nós pedimos a Vossa Excelência que mantenha a sua integridade e a sua honrabilidade de permanecer dentro da sua personalidade. Se Vossa Excelência votou contra o governo ontem tenha a personalidade de continuar votando contra na mesma Mensagem do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Vossa Excelência continua com a palavra e será acrescido em um minuto ao vosso tempo.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Deputado Dirceu Manfrinato, se o governador não precisa do meu voto, a região de Maringá precisa deste voto e, acima de qualquer ideologia partidária, votarei com a minha cidade.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência não pode desprezar o Deputado Antônio Bárbara e Ferrari Júnior, que são homens comprometidos com Maringá.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Jamais desprestigiarei e desprestigiarei homens do qui-

late de Antônio Bárbara e de Ferrari Júnior.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência nem na Mensagem dos cursos de Maringá assinou, Deputado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Vossa Excelência, Deputado Dirceu Manfrinato, falta com a verdade. Vossa Excelência está a dois metros ou um metro do Deputado Ferrari Júnior...

(Tumulto no Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Vossa Excelência continua com a palavra, nobre orador.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Nobre Presidente desta Casa, não sou quem está dizendo que o Deputado Dirceu Manfrinato é sem-vergonha: é o Deputado Paulo Fariatti, por favor. Gostaria de deixar bem claro que tenho um respeito muito grande, por todos os Deputados desta Casa.

Caiu a URP, Senhores, mas esta Assembleia e esta mesa Executiva, gostariam de ter dado a URP integral aos funcionários desta Casa, e estamos nos reunindo, a 2ª Secretária, o Presidente e o 1º Secretário, Deputado Anibal Khury, para chegarmos a um denominador comum e tentarmos valorizar com 100% da URP os funcionários da Assembleia Legislativa do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, votarei favoravelmente ao Projeto.

(Tumulto no Plenário).

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência desconhecia a emenda...

(Tumulto no Plenário).

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem). Deputado Lindolfo Júnior, Vossa Excelência é um Deputado mal informado. Ontem votou contra o projeto, porque desconhecia a emenda do Deputado Antônio Bárbara e do Deputado Ferrari Júnior, representantes de Maringá. Hoje, depois que foi anunciado na tribuna, houve aparte dos Deputados de Maringá ao meu discurso, Vossa Excelência descobriu que existia uma emenda criando Medicina e Odontologia em Maringá e, conseqüentemente, vai à tribuna mudando o voto. Eu acho que é justo, é um mínimo de razoabilidade que nós temos, a Bancada do PMDB, de desprezar o seu voto hoje. Nós não precisamos, nós temos que prestigiar, isto sim, a luta dos Deputados de Maringá: Ferrari Júnior e Antônio Bárbara e José Alves. Porque Vossa Excelência com essa postura assume uma postura oportunista. Eu exijo de Vossa Excelência, pelo menos, a coerência.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem)- Só quero comunicar que os Deputados que defendem a autonomia das Universidades dispensam o voto do "ilustre e firme Deputado Lindolfo Júnior".

O SR. ERONDY SILVÉRIO- (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Com a palavra, o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, apenas para corrigir uma injustiça. O Deputado Nereu Carlos Massignan fez elogios à luta dos Deputados Antônio Bárbara e Ferrari Júnior em favor da emenda que cria os cursos de Medicina e Odontologia na Faculdade de Maringá. Mas um dos maiores batalhadores pela concordância do Governo do Estado com esta emenda é o Deputado José Alves, que foi injustiçado neste aparte.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Nobre Deputado, eu fiz referência ao Deputado José Alves.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu não escutei.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Ah, então foi isso. As nossas taquígrafas comprovam que eu citei o Deputado José Alves.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Annibelli)- Está encerrado o tempo de Vossa Excelência.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Vossa Excelência não me deixou encerrar, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Vossa Excelência teve 4 minutos e não o fez, esta Presidência suspende a palavra de Vossa Excelência e concede a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Declino.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Annibelli)- Havendo declinado...

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, para discutir.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Está encerrada a discussão.

Em votação o substitutivo da Comissão de Justiça, os Deputados que aprovam, per-

maneçam como estão. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Annibelli)- Esta Presidência defere e fará a verificação devida.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda substitutiva da Comissão de Justiça, queiram levantar-se.

Trinta (30) Senhores Deputados aprovam.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Esta Presidência consulta ao Deputado Acyr Mezzadri como vota? Nove (09) Senhores Deputados rejeitam. Está Aprovado o Substitutivo Geral.

Em votação a Emenda n° 1, do Deputado Nereu Carlos Massignan, que altera o art. 5° do Substitutivo Geral: (Lê).

Em votação, os Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado, com os votos contrários dos Deputados Edmar Luiz Costa, Pedro Tonelli, David Cheriegate, Rafael Greca, Algaci Túlio, João Armada, Alexandre Ceranto e Ezequias Losso.

Emenda n° 02, de autoria dos Deputados Ferrari Júnior e Antônio Bárbara, que assegura a criação e implantação (Lê):...

Em votação. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade.

Emenda n° 03, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, devidamente apoiado. E no Artigo 2° acrescenta e passa a ter a seguinte redação (Lê): "Dentre as ações ..."

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado, contra os votos dos Senhores Deputados que anteriormente haviam se manifestado contrário será devidamente registrado.

Emenda n° 04, de autoria do Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, devidamente apoiado por outros Senhores Deputados. (Lê): "Fica criado um Conselho..."

Em votação, os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, ...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, gostaria de no encerramento da sessão ponderar à Mesa Executiva e aos Senhores Deputados que enquanto neste País tivermos políticos que acendem uma vela para Deus e outra para o diabo, se tornam inconfiáveis todas as posições.

O Deputado Lindolfo Júnior votou aqui, ontem, contra o Governador Álvaro Dias porque as galerias estavam cheias de estudantes. Hoje como não estão, ele vota favorável ao Governo.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria apenas de agradecer, e destacar a conduta desta briosa Bancada do PMDB e do PTB, incluindo o Deputado Erondy Silvério e José Alves que mesmo estando as galerias lotadas, mesmo sabendo que poderiam até ter prejuízos políticos, se conduziram de maneira magnífica, se portaram com uma conduta digna dos Parlamentares representantes do povo que o são. E eu, como Líder desta Bancada, não poderia deixar de, neste momento, destacar a atuação destes ilustres Parlamentares, inclusive destacando a atitude do Deputado Djalma de Almeida César que, mesmo sabendo que tinha mais de 70% de alunos de Ponta Grossa, concluiu-se de maneira exemplar.

Agradeço, como Líder desta Bancada, e digo a todos que tenho muito orgulho de liderá-la. (Palmas).

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, quando concluíamos o nosso raciocínio falávamos que tínhamos conversado com o Reitor da Universidade Estadual de Maringá e este, como o projeto não passou ontem, pediu para que votássemos favoravelmente hoje e a favor, também de uma emenda que leva a nossa assinatura, de autoria do Deputado Antônio Bárbara e Ferrari Júnior para a criação do curso de Medicina e Odontologia. Nós só esperamos que o Governador Álvaro Dias, com a sensibilidade que tem, não vete esta emenda, para que

conseguamos realizar o sonho de muitos anos da nossa região, que é o de termos Odontologia e Medicina.

Agradeço à Bancada do PMDB as deferências e àqueles mais afoitos o perdão, porque muitas vezes eles não sabem nem o que dizem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA;

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 167/85, dos Projetos de Lei n° 125/87, 148/87, 365/87, 01/88, 56/88, 74/88 e dos Projetos de Resolução n°s 52/87 e 39/88.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 285/87, 324/87, 341/87, 358/87, 360/87, 375/87, 02/88, 44/8 e do Projeto de Resolução n° 49/87.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 09/88, 12/88, 17/88, 19/88, 24/88 e 27/88.

Levanta-se a sessão.